



Anais da Assembléia

Nº 42 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL DE 1990 ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 25.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1990
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (48). Achando-se ausentes, os seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Antônio Bárbara, Gernote Kirinus, José Alves, Luiz Antonio Setti e Paulino José Delazeri (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 86/90

Curitiba, 17 de abril de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar termos de cessão de uso com o Município de Maringá, de um prédio em alvenaria, com 763,82m.² e demais características que especifica, havido pelo Estado conforme matrícula nº 8.045, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca; com o Município de Francisco Beltrão, de prédio de alvenaria com 1.334,12m.², na Colônia Missões, havido pelo Estado através da matrícula nº 3.483, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca; e, com o Município de Ponta Grossa, dos prédios com as áreas e outras características que especifica, edificados pelo Estado em terreno do patrimônio municipal, situado no Jardim Conceição, Bairro dos Neves, da cidade de Ponta Grossa.

O plano de lei ora submetido a exame dessa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que os bens cuja cessão de uso se pretende efetivar serão utilizados pelos Municípios cessionários, exclusivamente, na manutenção de Unidades de Preparação de Mão-de-Obra e, no caso de Ponta Grossa, na manutenção do Núcleo Social da cidade, medidas essas que, sem qualquer sombra de dúvida, ensejarão benefícios à Região.

Por outro lado, vale ressaltar que o anteprojeto de lei em questão contém dispositivos expressos no sentido de que as cessões em causa vigorem pelo prazo de cinco anos, prorrogável por outros dois anos e que, no caso de utilização diversa da prevista, haverá cancelamento da cessão.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com o Município de Maringá, termo de cessão de uso do prédio em alvenaria, com 763,82m.², edificado sobre a data de terras nº 18, parte da mesma, da quadra nº 179, com área de 3.850m.², localizada no Jardim Alvorada, em Maringá, havida pelo Estado, conforme matrícula nº 8.045, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca.

Parágrafo Único - O cessionário deverá

utilizar o imóvel de que trata o "caput" deste artigo exclusivamente na manutenção da Unidade de Preparação de Mão-de-Obra do Município, sob pena de cancelamento da cessão.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com o Município de Francisco Beltrão, termo de cessão de uso do prédio em alvenaria com 1.334,12m², edificado no lote n°72-D, com área de 3.900,82m² (parte subdividida do lote n° 72), da gleba n° 3-PB, do núcleo Francisco Beltrão, da Colônia Missões, daquela municipalidade, havido pelo Estado conforme matrícula n° 3.483, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca, excluída de tal cessão a edificação com área de 95,50 m², atualmente utilizada como moradia de zelador.

Parágrafo Único - O cessionário deverá utilizar o imóvel de que trata o "caput" deste artigo exclusivamente na manutenção da Unidade de Preparação de Mão-de-Obra do Município, sob pena de cancelamento da cessão.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com o Município de Ponta Grossa, termo de cessão de uso de prédios em alvenaria com áreas de 209,88 m², 165,24m², 401,32m² e 46,24m², edificados pelo Estado, em terreno de propriedade do Município, situado no Jardim Conceição, Bairro dos Neves, na sede do referido Município, excluídos de tal cessão, prédios com áreas de 216,00 m² e 1.004,11 m², atualmente utilizados por órgãos do Estado.

Parágrafo Único - O cessionário deverá utilizar as edificações de que trata o "caput" deste artigo exclusivamente nas instalações do Núcleo Social do Município.

Art. 4º - As cessões de uso autorizadas por esta lei, vigorarão, pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogadas por outros 2 (dois) anos.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 87/90

Curitiba, 17 de abril de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Convênio de Cooperação cuja cópia segue em anexo, já celebrado por motivo de urgência, em 30 de março de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Casa Civil da Governadoria e o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do Estado do Paraná.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 88/90

Curitiba, 17 de abril de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já celebrado por motivo de urgência, em 29 de dezembro de 1989, entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR, objetivando o desenvolvimento tecnológico de reatores anaeróbicos para o tratamento de esgotos e produção de gás metano.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 89/90

Curitiba, 17 de abril de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já celebrado por motivo de urgência, em 22 de março de 1990, entre o Departamento de Estradas de Rodagem- DER/PR e a Fundação de Ação Social do Paraná- FASPAR, objetivando a prestação de serviços de Guardas-Mirins.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 92/90

Curitiba, 19 de abril de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei Complementar, que objetiva dar nova redação ao parágrafo único do artigo 281, da Lei Complementar

nº 14, de 26 de maio de 1982, acrescido pela Lei Complementar nº 48, de 21 de dezembro de 1989, a fim de que do texto do referido dispositivo sejam suprimidas as expressões "e do Conselho Municipal de Segurança".

A medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta aos superiores interesses da Administração, eis que a presença de tais expressões no texto do dispositivo em referência tem ensejado embaraços e dificuldades na execução de atos da movimentação do pessoal da Polícia Civil, com base no preceito que se pretende alterar.

Ainda porque, segundo assevera o Conselho da Polícia Civil (Ofício nº 155/90, de 12 de março de 1990, dirigido ao Titular da SESP.

"Seria inadmissível, Senhor Secretário que a Polícia Civil, tivesse que ficar atrelada aos Conselhos Municipais de Segurança, quando da movimentação de autoridades policiais para chefias de órgãos subordinados àquele Departamento".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Parágrafo Único do art. 281, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, acrescido pela Lei Complementar nº 48, de 21 de dezembro de 1989, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 281 -

Parágrafo Único - O Delegado de Polícia que tenha exercido a função de Delegado Adjunto em uma unidade policial, no período previsto neste artigo, poderá nela permanecer ou retornar, como titular, por mais 2 (dois) anos improrrogáveis, havendo manifestação favorável do Conselho da Polícia Civil.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 93/90

Curitiba, 19 de abril de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho e honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já celebrado por motivo de urgência, em 29 de dezembro de 1989, entre a Secretaria Especial da Ciência, Tecnolo-

gia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas- FACICIA, objetivando a realização, pela Faculdade, de curso de "Produção de Textos".

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de comunicar-lhe que, em reunião ocorrida nesta data, fica mantida a indicação do Deputado Valderi Vilela, como Líder da Bancada do PDT/Pr, nesta Casa de Leis.

Sendo o que apresentamos para o momento, aproveitamos o ensejo para enviar a Vossa Excelência, nossos protestos de alta estima e apreço.

Atenciosamente.
(aa) VALDERI MENDES VILELA- PDT
RAFAEL GRECA
PAULO FURIATTI
ALGACI TÚLIO
NAMIR PIACENTINI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 949

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 233/90, que objetiva abrir créditos suplementares, na forma do art. 18, da Lei nº 9137/89, e que na Sessão Plenária da amanhã, dia 24 do corrente, a Assembléia seja transformada em Comissão Geral, a fim de emitir Parecer sobre o mesmo.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 971

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 036/90, que declara de Utilidade Pública a UNIAO DAS ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADOS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 960

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, Requer:

Regime de Urgência ao Projeto de Lei que cria a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Bandeirantes, bem como a transformação da Assembleia Legislativa em Comissão Geral de Plenário com a finalidade de emitir Parecer no Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO N° 978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Preferência de Discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 31/90.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO N° 977

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e votação para o Projeto de Lei n° 216/90.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 976

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei n° 392/89.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 975

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Resolução n° 34/90 e para os Projetos de Lei n°s 232/90, 234/90, 235/90 e 233/90.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) ACIR MEZZADRI.

REQUERIMENTO N° 980

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate, ao final

assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação ao Projeto de Lei n° 105/90, que cria o Município de Iguatu, desmembrado do Município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO N° 941

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate, ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação ao Projeto de Lei n° 205/89, que retifica a Lei n° 9007, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO N° 898

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia, da próxima sessão, o Projeto de Lei n° 24/90, que dispõe que as taxas de Energia Elétrica, Água e Esgotos nos Estabelecimentos de Ensino Público, serão de responsabilidade do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO N° 952

Senhor Presidente.

Este parlamentar, no uso de suas prerrogativas, asseguradas constitucional e regimentalmente, REQUER, após manifestação favorável do plenário do Poder Legislativo Paranaense, a inclusão do Projeto de Lei n° 171/90 na Ordem do Dia, para que seja efetivamente deliberado sobre o mesmo.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO N° 972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e considerando que os Projetos de Lei n°s 164 e 165/90 se encontram em Regime de Urgência, sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

REQUERIMENTO N° 970

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e considerando que o Projeto de Lei n° 036/90 se

encontra em Regime de Urgência, sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) RENATO ADUR.

REQUERIMENTO N° 969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e considerando que o Projeto de Lei n° 112/90 se encontra em Regime de Urgência, sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA.

REQUERIMENTO N° 973

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e considerando que o Projeto e Lei n° 070/89 se encontra em Regime de Urgência, sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) JOAO ARRUDA.

REQUERIMENTO N° 953

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 178/90 e do Projeto de Resolução n° 029/90, que autoriza a realização de plebiscito para a criação de Município de Alto Alegre.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

Por tratar de antiga reivindicação da população do Distrito Administrativo e Judiciário de Alto Alegre, acreditamos justa a realização do plebiscito para atender os anseios daquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 954

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia, da próxima sessão, o Projeto de Lei n° 39/90, que assegura a reserva de 20% (vinte por cento) de vagas a alunos carentes nos estabelecimentos de ensino particular.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO N° 974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia, da próxima sessão,

o Projeto de Lei n° 38/90 que assegura a realização de Plebiscito na área que especifica, no Município de Santa Isabel do Ivaí, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Santa Mônica.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO N° 951

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, de 3.^a feira, dia 24/04/90, do Projeto de Lei n° 186/89, que dá responsabilidade ao Estado do Paraná na manutenção dos Cursos de Medicina e Odontologia da Universidade Estadual de Maringá, em 2.^a discussão.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 214/90, da Ordem do Dia, o qual passou em 1.^a discussão na data de 09/04/90, ficando a 2.^a discussão adiada para data a ser designada, de acordo com o solicitado pela Comissão Pró-emancipação Política e Administrativa do Distrito de Tamarana.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 909

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia e envio às Comissões Permanentes da Casa do Projeto de Lei n° 20/90 (de autoria do Deputado Antônio Annibelli), item n° 38.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 939

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada do Projeto de Lei n° 26/90, para a apreciação da Comissão de Finanças.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 950

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução

nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO Nº 938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe que a Assembléia Legislativa se manifeste, perante o Chefe do Poder Executivo Estadual, sobre a conveniência de se restabelecer a conta bancária, aberta no início do atual Governo, e que era destinada à captação semanal de recursos dos agentes do jogo do bicho, em favor da Secretaria da Justiça, Trabalho e Assistência Social/FASPAR.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

Conforme foi amplamente noticiado, à época, o atual Governo, em seu início fez acordo com os agentes e responsáveis pelo chamado jogo do bicho, no Estado, abrindo uma conta bancária de nº 41200/1, no Banco do Estado do Paraná, onde semanalmente eram depositadas, por eles, porcentagens do movimento. Os recursos aí recolhidos se destinavam à Secretaria da Justiça, Trabalho e Assistência Social, para aplicação através da FASPAR. O acordo funcionou durante alguns meses, sendo posteriormente, suspenso conforme chegou a declarar o próprio Governador Álvaro Dias segundo matéria e registro feito pela imprensa.

Para se efetuar os aludidos depósitos, à conta da FASPAR, os responsáveis pelo jogo do bicho, resolveram, na ocasião, construir uma Associação, conforme também se chegou a divulgar.

Pois bem, com a então decisão do Senhor Governador, motivada pelas críticas que então se levantaram, a FASPAR reduziu substancialmente o atendimento que vinha proporcionando à população carente.

Atendimento que se traduzia, principalmente, na distribuição de cadeiras de rodas, aparelhos ortopédicos ou auditivos, óculos etc. Com isso, agravou-se terrivelmente a situação de milhares de necessitados de todo o Estado, que hoje não têm a quem recorrer. Basta dizer que, desde novembro último, ou seja, há seis meses, a FASPAR não dispõe de recursos para atender às inúmeras solicitações que diariamente lhe são feitas. A alegação invariavelmente, é de que não há recursos disponíveis. Não há dinheiro para o atendimento!

Assim, mesmo sem abrir mão de convicções pessoais e de posições anteriormente

assumidas, mas atendo-se exclusivamente à realidade que estamos vivendo, é que parece ser a reativação do antigo sistema de captação de recursos o único meio para se contornar a crise avassaladora que atinge o setor de assistência social, no Estado. Já que não há outra saída, nem tampouco o jogo deixou de ser praticado, o jeito seria buscar aí a ajuda imprescindível a fazer frente ao grave problema social de milhares de carentes. Que se restabeleça, pois, a participação do jogo do bicho na solução do problema, adotando-se, para tanto os devidos cuidados, com vistas à correta aplicação dos recursos captados, mediante algum sistema de controle e fiscalização apropriados.

Esta é a Indicação que ora apresento, certo de contar com a acolhida e o apoio da Mesa e dos Senhores Deputados que, sei perfeitamente, também acompanham de perto e sentem agravar, cada vez mais, as dificuldades da população e a escassez de recursos para atender de forma conveniente e humana os menos protegidos.

REQUERIMENTO Nº 979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio à Comissão de Finanças das Emendas apostas ao Projeto de Lei nº 26/90.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO Nº 945

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e Parlamentares, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja instalado uma comissão interpartidária, sob a responsabilidade desta Casa, a fim de discutir a viabilidade ou não da fusão do BADEP, ao BANESTADO.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

Ao se discutir o futuro do BADEP e as alternativas para sua sobrevivência é importante destacar a função de agência de fomento, que esse Banco vem desenvolvendo há 28 anos, desde sua criação, em 1962, como Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná, CODEPAR.

A nível mundial, a necessidade de órgão de fomento se fez fundamentalmente, para realizar projeto de desenvolvimento, incapazes de ser atendidos pelas fontes tradicionais de crédito.

REQUERIMENTO Nº 947

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

Curitiba, segunda, em 23.04.90

REQUER, após ouvido o douto Plenário, a instalação das Comissões da Bacia do Iguaçu e Tibagi, Vale do Ribeira e do Litoral, com a finalidade de propor medidas destinadas a promover a preservação, a recuperação e o desenvolvimento integrado de suas áreas geoeconômicas, em atendimento do Ato das Disposições Transitórias, Art. 41 e Parágrafo Único, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Já se passaram mais de 180 dias da promulgação da nossa Constituição Estadual, e o prazo previsto para constituir as comissões ora requeridas consta de 120 dias.

O Poder Legislativo tem a responsabilidade de ver suas homologações serem cumpridas.

REQUERIMENTO N° 929

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e especificamente com base no disposto no Art. 35 do Regimento Interno, a constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 23 de abril, às 14:30 horas, para apreciar o Projeto de Lei n° 304/89, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia a professores que sofreram descontos por motivo de greve e proceder o devido ressarcimento.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 948

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a instalação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná como Comissão Geral para apreciação do Projeto de Lei n° 228/90, de sua autoria, que cria "ad referendum" do plebiscito, o Município de Vila Nova, desmembrado de Toledo, bem como o Projeto de Resolução n° 41/90, também de sua autoria, que autoriza a realização do plebiscito para que a respectiva população da citada localidade se pronuncie sobre a criação do município.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO N° 931

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto no artigo 36 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, durante a Sessão

Plenária do dia 23 de abril de 1990.

Sala das Sessões em 23.04.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 907

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em Comissão Geral, para apreciar o Projeto de Lei n° 228/90, de sua autoria, que cria o Município de Vila Nova, desmembrado de Toledo, na sessão do dia 23 de abril, segunda-feira, às 14:30 horas.

Sala das Sessões em 23.04.90.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO N° 896

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto no artigo 36 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para que no próximo dia 19.04, durante a Sessão Plenária, haja a apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 291/89, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraniana.

Sala das Sessões em 23.04.90.

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO N° 936

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto no artigo 36 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral para o próximo dia 23 de abril de 1990, durante a Sessão Plenária, para apreciação e Parecer ao Projeto de Lei n° 228/89, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 64/89, que autoriza o Poder Executivo permutar imóveis no Município de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões em 23.04.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral para apreciar a Proposição n° 53/90.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 906

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no exercício de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ARMANDO BUCCI, ocorrido em 17.04.90, sendo o sepultamento no Município de Ivaiporã-PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência a Maria Duarte Bucci (esposa), à rua das Flores, 316, Bairro Batistini, São Bernardo dos Campos - SP.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 959

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de profundo pesar pelo falecimento do Padre José Carlos Parra Pires ocorrido em 21 de abril de 1990.

O extinto contava com apenas 33 anos de idade, era filho da Senhora Encarnação Parra Moro Pires e do Senhor Pedro Pires já falecido.

Ordenou-se Padre há um ano e meio, trabalhou na casa Episcopal de Umuarama com o Bispo Dom José Maria Maimone durante um ano, depois foi designado para atender a Paróquia de Alto Piquiri onde exerceu com eficácia e dedicação os seus trabalhos.

Por ser um padre jovem e dinâmico, conquistou rapidamente toda a comunidade local, fazendo com que a juventude voltasse a participar das atividades do movimento da igreja, além disso desempenhou intenso trabalho com os carentes, atendendo indiscriminadamente a toda população pobre.

Desta decisão requer ainda, seja dada ciência a Senhora Encarnação Parra Moro Pires, no seguinte endereço: Caixa Postal 191, aos cuidados da Casa Episcopal - CEP 87500 - Umuarama - PR.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 958

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo, transcrito da Ata dos Trabalhos desta Casa, com votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor PAULINO SLOMP, ocorrido no último dia 22 de abril, no município de Campo Mourão.

Esta derradeira homenagem prestada a este ilustre mourãoense, representa o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado aos trabalhos sem precedentes que foram executados por ele, sempre colocando

o homem em primeiro lugar. Paulino Slomp, pioneiro e colonizador, foi o responsável pelo loteamento dos seguintes bairros: Lar Paraná, Jardim Paulino, Vila Cândida, Jardim Fernando e Jardim Damasco, todas provas visíveis da sua contribuição imprescindível para o desenvolvimento de Campo Mourão.

Com sua morte, Paulino Slomp deixa uma lacuna impreenchível e uma saudade eterna, mas seu exemplo de vida continuará a ser seguido por seus filhos Eda, Dilva, Vilma, Fernando e Décio, responsáveis por seu legado.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao homenageado, na Imobiliária Slomp, Avenida Índio Bandeira, 980 - Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoio: Amélia Hruschka.

REQUERIMENTO N° 924

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações pela passagem, nesta data, do Dia do Médico Legista.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) AIGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O eficiente trabalho que os médicos legistas desenvolvem é de suma importância, principalmente, na elucidação de crimes e, não raramente, é em função da perícia realizada por esses profissionais, que são produzidas e apresentadas provas para que o Poder Judiciário possa exercer com clareza e justiça suas funções na plenitude.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Instituto Médico Legal do Paraná.

REQUERIMENTO N° 919

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações pela passagem, nesta data, do Dia do Jornalista.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) AIGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário falar acerca da importância social e política do exercício da profissão do jornalista que, na sua nobre missão de informar com correção e responsabilidade todos os acontecimentos, fazendo com que prevaleça o senso de justiça, a veracidade e imparcialidade nos fatos informados.

É o profissional que desempenha a função muito especial de fazer a notícia em cima do fato - registrar a história enquanto ela acontece. Na tessitura das palavras que os jornais estampam está revelada a importância da profissão do jornalista, como aquele ser que, dotado do poder da observação (ou será dom?) descreve, analisa, questiona, denuncia, argumenta e faz com que a notícia exista e esteja à disposição da população, propiciando se não a verdade, os caminhos que conduzirão a ela. É como se fossem milhares de "Diógenes", com a lanterna substituída pelas anotações e curiosidade inata, percorrendo a vida, tecendo as palavras, pinçando o conhecimento, revelando a verdade, registrando o mundo.

Que do teor do presente seja dada ciência ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 927

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações pela passagem do Dia do Corretor.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desempenhando a difícil tarefa de compatibilizar as necessidades e disponibilidades da oferta e da procura de bens imobiliários, o Corretor nem sempre dá ao seu trabalho o valor devido - ou pelo menos não tem esse valor recompensado - principalmente, em função da crise que, aos nossos dias, assola a todos, enfatizando terríveis desigualdades no Brasil.

Mas, que estes votos representem os cumprimentos deste parlamentar e do Poder Legislativo, pela forma digna e ativa com que os Corretores têm exercido sua nobre função no contexto social.

Que da decisão da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, dê-se ciência ao Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Paraná, à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 497 - 8° andar.

REQUERIMENTO N° 922

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações pela passagem do 114° aniversário de fundação do Instituto de Educação do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O nome Instituto de Educação do Paraná dispensa apresentações, enquanto instituição educacional. Hoje, com aproximadamente três mil alunos matriculados, tem cada vaga disputada por centenas de alunos que pleiteiam estudar num dos mais prestigiosos estabelecimentos de ensino do Paraná.

Ao longo de sua existência, formou milhares de professores normalistas, sendo considerada Escola-Padrão para o curso do magistério, do qual saíram, grandes nomes da educação paranaense. Também no seu quadro docente estiveram e ainda estão nomes de destaque e vigor.

Atravessando por momentos de crises, como toda a escola brasileira, o IEP sempre manteve-se respeitado, principalmente, pela linha de independência e autonomia conquistada para a gestão do estabelecimento.

A manutenção do padrão do ensino ministrado e a formação de quadros capacitados para o trabalho são objetivos latentes dos gestores do IEP e por isso, é preciso louvar o trabalho desenvolvido pela atual direção, chefiada pelo Professor Sérgio Nery Bonatt, pessoa da mais ilibada conduta profissional e portador dos votos de respeito e consideração da comunidade escolar do Instituto.

Que seja dada ciência do teor do presente ao Instituto de Educação do Paraná, nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 957

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à Fundação Logosófica de Curitiba, pela passagem, nesta data, do aniversário de 12 anos de fundação daquela instituição.

Importante ciência social, a Logosofia, dentre outras definições, é "uma forma nova de sentir e conceber a vida", é interpretar a vida de uma forma recriadora, vendo-a com novos olhos, longe da frieza e superficialidade cotidianas.

Através do presente, o Poder Legislativo paranaense soma-se aos demais cumprimentos estendidos à Fundação, pelo exemplar e desprendido trabalho desenvolvido ao longo da última década.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência à entidade supra citada.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 921

Senhor Presidente.

O Deputado, autor do presente, adiante

subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações pela passagem do Dia do Obstetra.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário falar da inquestionável importância da atuação profissional do obstetra na sociedade, considerando a relevância dos cuidados e da assistência que devem ser dispensados à gestante e ao recém-nascido.

Apesar dessa singular importância, atualmente a responsabilidade com que arcam obstetras quando do exercício profissional, não é devidamente recompensada, principalmente, pela ausência de uma consciência coletiva do trabalho e ação da obstetrícia dentro da comunidade.

Que seja dada ciência desta homenagem ao Setor de Obstetrícia dos Hospitais Evangélico, de Clínicas da UFPR, Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Fátima, Hospital e Maternidade Nossa Senhora das Graças, Hospital e Maternidade Santa Cruz, Hospital Modelo de Curitiba, Hospital e Maternidade Santa Brígida e Maternidade Curitiba.

REQUERIMENTO N° 926

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município de Matinhos.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Matinhos foi Distrito de Paranaguá pela Lei n. 613, de 27 de janeiro de 1951. Foi elevado a Município pela Lei n. 05, de 12 de abril de 1967, desmembrando-se de Paranaguá.

Integra a Microrregião do Litoral Paranaense, com uma área de 215 km² e uma população de aproximadamente cinco mil e quinhentos habitantes.

No setor primário, apresenta pequena atividade, com destaque para a olericultura e o plantio de feijão.

Mas, é no Setor Terciário que o município tem sua principal fonte de geração de renda. Possui 136 estabelecimentos de comércio, 25 indústrias, 225 empresas de prestação de serviços, 3 bancos e um hospital. Possui ensino de 1° e 2° graus.

Matinhos, como se pode perceber, claramente é um quinhão de progresso encravado no território do Paraná. O crescimento racional e desenvolvido de tal município

deve-se, com absoluta certeza, ao espírito empreendedor e caráter laborioso de seu povo, da responsabilidade de sua classe política, das lideranças do comércio e empresários, além é óbvio, das demais lideranças da sociedade local.

Pelo serviço que Matinhos empresta ao crescimento do nosso Estado, não pode o Poder Legislativo ficar imune às manifestações, por ocasião de mais um aniversário desse importante município.

Ao lado dos cumprimentos da Assembléia Legislativa, perfila-se a certeza líquida e certa de que os próximos anos serão, ainda, de mais crescimento e progresso, seguindo o norte traçado pelos determinados colonizadores de Matinhos.

Que do teor do presente, dê-se ciência à Câmara Municipal e Prefeitura de Matinhos.

REQUERIMENTO N° 925

SÚMULA: Requer a formulação e inserção em ata de VOTOS DE CONGRATULAÇÕES.

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pela comemoração do aniversário do município de BOCAIÚVA DO SUL.

Sala das Sessões, em 23.04.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Aos descobrimentos dos povoados nos campos de Curitiba no planalto curitibano, existia uma localidade chamada Arraial Queimado. Essa denominação provém de um incêndio que, em épocas imemoriais, teria destruído a primitiva povoação fundada nessas paragens, com o nome ainda hoje ignorado. Do sinistro, resultou a denominação do lugar que veio a chamar-se Arraial Queimado. Depois, a região foi paulatinamente abandonada. Mas, em 1710, apesar do esquecimento em que se encontrava, o Capitão-mor Governador da Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, concedeu uma Carta de Sesmaria a Domingos Fernandes Grosso, abrangendo as terras do Arraial Queimado. Entretanto, Domingos Fernandes Grosso era, nesse ato, apenas um "testa de ferro" do Padre Lucas Rodrigues França, filho do Governador e legítimo dono da Sesmaria que lhe foi outorgada pelo Governador da Capitania. Tanto assim, que alguns anos mais tarde, o Padre Lucas Rodrigues França vendeu esta Sesmaria ao seu cunhado, mestre de campo, André Gonçalves Pinheiro. Com o falecimento deste prestante sucessor do Padre Lucas Rodrigues França, a Sesmaria do Arraial Queimado foi transferida à sua filha herdeira, Bernarda Maria de França, casada com Manoel Gonçal-

ves Silvestre. Estes sucessores venderam a Sesmária em 28 de outubro de 1756 a José Rodrigues Teixeira, pela importância de 50\$000.

O povoamento do município recebeu forte incremento, alguns anos mais tarde, com o falecimento aí de Manoel José Cardoso, chefe de numerosa prole, que foi um dos povoadores da região. Após estes, vieram outros moradores, tais como: Manoel José de Aleluia, Manoel José dos Santos, J. Antonio dos Santos, Antônio Joaquim dos Santos e Joaquim Antônio dos Santos, que fundaram sítios e contribuíram de maneira extraordinária para o progresso da localidade. Em 1828, já a população do povoado era tão densa que a "Descrição Topográfica", mandada registrar pelo Ouvidor Interino Dr. Joaquim Teixeira Peixoto, consigna que a Câmara de Curitiba já tinha aprovado uma indicação sobre a necessidade de ser criada uma capelinha curada no sítio do Arraial Queimado. Entretanto a intensificação do movimento colonizador do Arraial Queimado operou-se relativamente de maneira demorada e lenta. Somente pela Lei Provincial n° 250, de 22 de 04 de 1870, foi a povoação elevada à categoria de Freguesia.

Um ano após, em virtude da Lei Estadual n° 273 de 12 de abril de 1871, era criado o município de Arraial Queimado, que depois da Proclamação da República, passou a denominar-se Bocaiúva, em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório, Quintina Bocaiúva, ato que se concretizou pelo Decreto n° 19, de 11 de janeiro de 1890. A Vila de Bocaiúva foi extinta pela Lei Estadual n° 440, de 11 de maio de 1875, e restabelecida pela Lei n° 448 de 24 de março de 1876, com a reinstalação, a 7 de janeiro do ano seguinte. Pelo Decreto n° 1703, de 14 de julho de 1932, foi extinto o município, tendo o seu território sido anexado à comuna de Capivari, com sede na cidade de Colombo. Dois anos mais tarde, em virtude do Decreto Estadual n° 705, de 16 de março de 1934, foi restabelecido o seu antigo território e mais o que pertencia ao extinto município de Eptácio Pessoa, sendo instalado em 30 de março de 1934. Pelo Decreto Estadual n° 199, de 30.12.43, recebeu a denominação de Imbuial, mudando novamente o nome pela Lei Estadual n° 02, de 10.10.47, quando passou a chamar-se Bocaiúva do Sul. A Comarca de Bocaiúva do Sul foi criada em 16.01.49, com a categoria de primeira entrância; à instalação, feita poucos dias mais tarde, em Sessão Solene, presidida pelo Dr. Luiz de Albuquerque, tendo como Juiz de Direito o Dr. Zeferino Mozatto Krukoski, secretariado por João de Deus Castro, Oficial do Registro Civil, estiveram presentes, o Sr. Ma-

noel Costacurta, Prefeito Municipal e o Dr. Ignácio R. Sottomaior Pedroso, Promotor Público da Comarca.

Compreende os Distritos Administrativos de Marquês de Abrantes, criado pela Lei Estadual n° 5.182, de 17.11.65 e Tunas, criado pelo Decreto-Lei Estadual n° 199, de 30.12.43, no município de Bocaiúva do Sul.

O apanhado histórico de Bocaiúva não demonstra outra coisa, senão o espírito empreendedor e laborioso do povo bocaiuvense, essa gente extraordinária que, no dia a dia, faz germinar e crescer uma das mais prósperas comunas paranaenses.

A esse povo, à classe política que, com dignidade, sempre representou e interpretou os anseios da população; aos comerciantes e empresários que, apostando no futuro promissor, descansaram no chão de Bocaiúva suas esperanças e suas gotas de suor; enfim, a todos os que pública ou anonimamente empenham-se pelo crescimento do município, os fraternos e sinceros cumprimentos do Poder Legislativo.

Não é mais um aniversário apenas de Bocaiúva, mas um aniversário de todos nós, que temos a satisfação de tê-la, bem como ao seu povo, próximos, determinados, trabalhadores, cooperando pelo progresso e crescimento do Paraná.

Que do teor do presente, dê-se ciência à Câmara de Vereadores e à Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul.

REQUERIMENTO N° 955

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pela passagem do DIA DO PATRONO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ.

Sala das Sessões, em 23.04.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A escolha de Tiradentes como Patrono da Polícia Civil do Estado deve-se à similitude do espírito de coragem, lealdade e elevado sentimento de amor à causa da Pátria que sempre marcaram a vida daquele herói e norteiam a atuação da Polícia Civil do Estado para garantir a necessária segurança à população paranaense.

REQUER, outrossim, que do teor do presente dê-se ciência ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, para que o mesmo dê conhecimento a todos os componentes da Corporação.

REQUERIMENTO N° 923

Senhor Presidente.

O Deputado autor do Presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental,

após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos deste Poder, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pela passagem do DIA MUNDIAL DE COMBATE AO CÂNCER.

Sala das Sessões, em 23.04.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O câncer, uma das doenças que mais mata no mundo, tem diminuído consideravelmente sua incidência sobre a humanidade nos últimos anos, principalmente, em função das entidades organizadas para o combate e prevenção do câncer.

Numa batalha difícil, enfrentando todas as adversidades que se interpõem ao caminho dos que trabalham despretensiosamente pela causa humana, as entidades de combate ao câncer caminham quase que sempre, com o apoio e a complacência da opinião pública mas, sem recursos materiais com substância.

Desta forma, não há como o Poder Legislativo não se somar a essas entidades, hipotecando-lhes apoio na difícil luta que travam, há anos, contra um dos mais terríveis males conhecidos pela humanidade.

Dê-se ciência às entidades subscritas:

- Hospital Erasto Gaertner;
- Liga Feminina de Combate ao Câncer;
- Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia;
- Setor de Oncologia do Hospital Evangélico;
- Oncologia do Hospital de Clínicas da UFPR;
- Oncologia da Santa Casa de Misericórdia.

REQUERIMENTO N° 956

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pela passagem do DIA DO PATRONO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ.

Sala das Sessões, em 23.04.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A escolha de TIRADENTES para ser Patrono da Polícia Militar do Estado deveu-se a similitude do espírito de coragem, lealdade e de elevado sentimento de amor à causa da Pátria que sempre marcaram a vida do herói e norteiam a atuação da Polícia Militar do Estado para garantir a necessária segurança à população paranaense.

REQUER, outrossim, que do teor do presente dê-se ciência ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, para que o mesmo dê conhecimento a todos os componentes da Polícia Militar.

REQUERIMENTO N° 942

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Douto Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da Faspar, solicitando auxílio financeiro para a Creche Pingo de Gente, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 23.04.90

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Pingo de Gente, localizada em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que atende dezenas de pessoas carentes da região, possibilitando que seus pais possam trabalhar. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 943

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Douto Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da Faspar, solicitando auxílio financeiro para a Casa da Sopa localizada em Goioerê.

Sala das Sessões, em 23.04.90

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Casa da Sopa, localizada em Goioerê, é uma entidade assistencial que atende dezenas de pessoas carentes da região, mantendo uma tradição de bom atendimento. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, causada pelos índices inflacionários, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 915

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da Faspar, solicitando auxílio financeiro para a Creche José do Patrocínio, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 23.04.90

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche José do Patrocínio, localizada em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, atendendo dezenas de pessoas carentes da região. Entretanto, por motivos de dificuldades financeiras, necessita de auxílio.

REQUERIMENTO N° 916

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da Faspas, solicitando auxílio financeiro para a Creche Criança Feliz, localizada em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 23.04.90

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Criança Feliz, localizada em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que ao longo das últimas décadas vem mantendo uma tradição de bom atendimento às pessoas carentes da região.

Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, causada pelos índices inflacionários, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 897

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, quanto a continuidade do Banco do Desenvolvimento Econômico do Paraná (BADEP), atendendo ao apelo das classes produtoras de todo o Estado do Paraná e pelas razões explicitadas na justificativa.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A extinção do BADEP - Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná, representa um prejuízo incalculável para a economia paranaense e, por decorrência, terá também reflexos sociais. O Banco, por sua essência, é um instrumento fomentador da produção, um canal de recursos para o setor produtivo. O relacionamento do BADEP com o desenvolvimento estadual vem desde a década de 60, atuando antes com a denominação CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento do Paraná, transformado em Banco de Desenvolvimento mercê sua atuação no setor.

Tem exercido papel importante a partir de elaboração de projetos, auxiliando as empresas, principalmente aquelas de pequeno e médio porte. Foi sempre o aliado seguro dos grandes empreendimentos e tem colaborado eficientemente na consolidação das idéias e dos projetos dos empresários paranaenses, dando o necessário respaldo financeiro.

No momento atual do País, mais se faz necessária a presença do BADEP, com sua estrutura e experiência, na busca de recursos como a poupança em poder do empresariado e no próprio setor público, os quais precisam ser drenados para não com-

prometer nosso processo de desenvolvimento. Destacamos a capacidade técnica do BADEP, o trabalho realizado e a excelente imagem da instituição como organismo gerador de novos parâmetros e modelo de mudanças na sociedade paranaense. Por estas razões a continuidade do BADEP justifica-se plenamente. Nós acrescentamos: sua permanência, a continuidade do seu serviço é indispensável ao Paraná.

Por isto, devemos todos unir esforços e trabalhar no sentido da manutenção do BADEP, uma instituição que tem orgulhado o Paraná e servido de modelo a outros Estados. A manutenção do Banco é imprescindível ao nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 966

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

REQUER a Vossa Excelência, ouvido em Plenário, seja dirigido ofício, com cópia desta proposição, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado solicitando-lhe, com urgência possível, a ligação asfáltica da localidade de Bom Princípio, no Município de Toledo - Pr., à BR-467.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) DUÍLIO GENARI.

JUSTIFICATIVA:

A vila de Bom Princípio, localiza-se aproximadamente a 4 Km da BR 467 que liga Toledo a Cascavel. Situa-se numa região estritamente agropecuária. Sua produção está ligada principalmente a criação de aves, aproximadamente 30 aviários, suinocultura, com mais de cem criadores, além da produção de grãos no restante de toda sua extensão.

A problemática existe em função de que, no repovoamento dos aviários e chiqueiros bem como na retirada dos mesmos para o abate, quando da época de chuvas, o trecho torna-se quase intransitável apesar dos esforços da municipalidade na conservação das estradas.

Se a meta dos Governos é a fixação do homem no campo, nada mais justo que se proceda o acesso dessa vila ao asfalto da BR 467, o que muito virá a beneficiar aquela população.

REQUERIMENTO N° 905

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER a Vossa Excelência, ouvido em Plenário, seja enviado correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando-

-lhe estudos para implantar a pavimentação asfáltica entre a sede do Município de Toledo e os Distritos de Novo Sobradinho - Vila Nova.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) DUÍLIO GENARI.

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica Toledo-Novo Sobradinho-Vila Nova, é uma antiga reivindicação daquela comunidade trabalhadora.

Novo Sobradinho, foi elevado a Distrito de Toledo, pela Lei Estadual n° 7.296, de 3 de janeiro de 1980, porque os Senhores Deputados entenderam que a sua pujança não poderia ser barrada. A principal fonte de economia do distrito tem procedência na agricultura e pecuária. A agricultura que no começo era apenas subsistência, desapareceu com a mecanização da lavoura pelo trator e outras máquinas agrícolas, transformando-se no que é hoje: uma agricultura de comercialização. No tocante a pecuária, consiste esta na criação de suínos e aves, em grande escala para a venda aos frigoríficos.

No entanto nem tudo o que reluz é ouro. Novo Sobradinho ressenete-se da falta de estrada pavimentada para o escoamento de seus produtos. Perdem-se grãos e animais o que ocasiona menos arrecadação para o Estado.

Presume-se que uma meta de qualquer governante é fixar o homem ao meio que vive e para isso é necessário dar-lhe condições de igualdade, ao homem que vive em aglomerados maiores.

Por estes e outros motivos contamos com a aprovação dos Srs. Deputados e a sensibilidade do Sr. Secretário dos Transportes.

REQUERIMENTO N° 904

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, com cópia deste, solicitando-lhe a implantação de pavimentação asfáltica de Toledo até Quatro Pontes, no município de Marechal Cândido Rondon, passando pelos distritos toledanos de São Miguel (acesso vicinal de três quilômetros), Vila Ipiranga-Dois Irmãos.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) DUÍLIO GENARI.

JUSTIFICATIVA:

Há cerca de vinte anos, as comunidades acima citadas, vêm buscando junto aos meios políticos a concretização deste asfalto.

O projeto, inicialmente, previa em seu traçado a continuidade da BR 467, ligando

Cascavel a Marechal Cândido Rondon.

Contudo, após reuniões e debates, as lideranças políticas e os representantes das respectivas localidades, concluíram que seria possível a viabilidade da obra, caso o Governo do Estado viesse a assumir tal incumbência.

Quando foi oficializado a estrada rural que liga Toledo-Dez de Maio (ainda incompleta) reanimaram-se as esperanças dos usuários e agricultores destas localidades. O então Secretário de Transporte, naquela ocasião, em seu pronunciamento, informava que sua Pasta estava autorizada a proceder à elaboração de um projeto e adiantava que, a execução dependeria apenas da disponibilidade de verbas para tal fim.

Seria extenso e desnecessário citar as vantagens desta pavimentação asfáltica, basta lembrar que o Oeste do Paraná é um verdadeiro celeiro de grãos.

Isto posto, Senhores Deputados, esperamos a vossa aprovação para este requerimento, e as atenções merecidas do Senhor Secretário dos Transportes.

REQUERIMENTO N° 981

Senhor Presidente.

Ultimamente a direção da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem sinalizado com a disposição, extremamente elogiável, de defender o cumprimento incondicional da Constituição Estadual. Afinal, ela se constitui no maior diploma legal do Estado, de cumprimento obrigatório para todos, mas principalmente para os chefes dos três poderes.

Em seu artigo 234, a Constituição Estadual, assim dispõe:

"Art. 234 - O Estado publicará anualmente, no mês de março, a relação completa dos servidores lotados por órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional em cada um dos seus Poderes, indicando o cargo ou função e o local de seu exercício, para fins de recenseamento e controle."

Não se tem conhecimento que este procedimento tenha sido tomado. Por isso, este Parlamentar, evitando acusações precipitadas, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça e ao próprio Presidente da Assembléia Legislativa, solicitando o fornecimento de cópia das respectivas publicações, ou, no mínimo a informação sobre o local e data em que foram publicadas. Os referidos documentos deverão ser enviados a este Parlamentar com cópia para os demais.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) PEDRO TONELLI.

Apoiamento: Nereu Carlos Massignan.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 263/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação dos Servidores da Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Paraná - ASSEMIT.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) RAUL LOPES.

PROJETO DE LEI N° 264/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Ficam os veículos automotores a serviço das empresas estatais quando desativadas, destinados automaticamente para a prestação de serviços de policiamento ostensivo Militar.

Art. 2° - Os veículos de que trata a presente lei passarão a constar do mapa carga da Polícia Militar, devendo ser distribuídos proporcionalmente entre as unidades operacionais, respeitando-se as características de cada viatura.

Art. 3° - As verbas destinadas a combustível serão igualmente repassadas à Polícia Militar.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) RAUL LOPES.

PROJETO DE LEI N° 265/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Os honorários de procedimentos médicos e laboratoriais pagos pelo Instituto Previdenciário Estadual ou pelo próprio Estado, obedecerão o valor do (CH) coeficiente de honorários oficial do dia do pagamento ao profissional.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) RAUL LOPES.

REQUERIMENTO N° 879

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 300 cobertores para a população carente do Município de Jardim Olinda.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 300 cobertores para a população carente do Município de Terra Rica.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 300 cobertores para a população carente do Município de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 300 cobertores para a população carente do Município de Nova Aliança do Ivaí.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 300 cobertores para a população carente do Município de Paraíso do Norte.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 300 cobertores para a população carente do Município de Tamboara.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 869

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 300 cobertores para a população carente do Município de Paranapoema.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 868

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 350 cobertores para a população carente do Município de Presidente Castelo Branco.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 400 cobertores para a população carente do Município de Paranacity.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 872

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 400 cobertores para a população carente do Município de Ourizona.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 882

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 400 cobertores para a população carente do Município de Inajá.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja en-

viado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 400 cobertores para a população carente do Município de Lóbató.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 864

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 400 cobertores para a população carente do Município de Uniflor.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 400 cobertores para a população carente do Município de Santa Fé.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 400 cobertores para a população carente do Município de Paçandu.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 888

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 500 cobertores para a população carente do Município de Cruzeiro do Sul.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 887

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 500 cobertores para a população carente do Município de Doutor Camargo.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 886

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 500 cobertores para a população carente do Município de Florai.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 885

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 500 cobertores para a população carente do Município de Floresta.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 884

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 500 cobertores para a população carente do Município de Flórida.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 883

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 500 cobertores para a população carente do Município de Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 500 cobertores para a população carente do Município de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 881

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 500 cobertores para a população carente do Município de Itambé.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 866

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 500 cobertores para a população carente do Município de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 873

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 600 cobertores para a população carente do Município de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 700 cobertores para a população carente do Município de Astorga.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 700 cobertores para a população carente do Município de Mandaguaçu.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 700 cobertores para a população ca-

rente do Município de Paranaíba.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 800 cobertores para a população carente do Município de Marialva.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 800 cobertores para a população carente do Município de Mandaguari.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 1.000 cobertores para a população carente do Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Sra. Débora Dias, presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de 5.000 cobertores para a população carente do Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 890

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente com votos de congratulações ao Excelentíssimo Sr. João Emílio Modes, MD. Prefeito Municipal de Nova Santa Rosa, extensivo a todos os municípios, pelas comemorações alusivas ao 14° aniversário de emancipação político-administrativa, a completar no próximo dia 29 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO N° 944

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Luiz Alberto Pinto Carvalho, Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção de quadra de esportes e iluminação para a Escola Estadual Protásio de Carvalho, Ensino de 1° Grau, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Protásio de Carvalho, Ensino de 1° Grau, situada no Bairro de Santa Helena, Conjunto Itatiaia, periferia de Curitiba, atende hoje 1.300 alunos, esses de todos os níveis sócio-econômico-cultural.

A referida escola enfrenta duas grandes dificuldades. A primeira é a falta de uma quadra de esportes, tornando-se quase impossível desenvolver um bom trabalho na parte de educação física. A segunda, é a falta de iluminação no seu pátio, o que vem acarretando uma série de problemas para o período noturno.

Aguardamos providências urgentes no sentido de que sejam atendidas as reivindicações feitas. É o que esperam, alunos, pais e professores.

REQUERIMENTO N° 946

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Secretário da Fazenda, solicitando a remessa dos talões para pagamento do IPVA aos bancos, com a finalidade de recolhimento antecipado desse imposto, conforme faculta a Legislação Estadual.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Por ocasião da tramitação do Projeto de Lei que trata do recolhimento do IPVA, relativo ao exercício de 1990, apresentamos emendas, facultando o pagamento antecipado do referido tributo.

É sabido que o plano econômico permite o pagamento em cruzados, dos impostos estaduais, sendo que as importâncias recebidas são transformadas em cruzeiros.

Os contribuintes, entretanto, não estão encontrando os talões nos bancos, o que vem dificultando o recolhimento antecipado.

O exercício dessa faculdade é do interesse tanto dos contribuintes como do Es-

tado, pois o lançamento está sendo feito em BTNF.

REQUERIMENTO N° 967

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja dirigido ofício com cópia desta proposição, ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, solicitando-lhe com urgência a instalação de uma central telefônica para atender os Distritos de Vila Ipiranga, São Miguel e Dois Irmãos, no Município de Toledo-PR.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A solicitação da instalação de uma central telefônica para atender aos anseios da população desses três Distritos Administrativos do Município de Toledo, fundamenta-se principalmente nos seguintes fatores:

- População aproximada de 6.100 habitantes;
- Área total dos Distritos, de 144,56 km²;
- Falta de Escola de 2° Grau;
- Inexistência de hospital;
- Facilidade de interligação com a sede do Município, com sua cooperativa, agências bancárias e com o mercado comprador de produtos.

Sendo uma área ligada à agropecuária, que além da produção de soja-milho-trigo-mandioca, além do grande número de aviários, chiqueirões, e de inúmeras pequenas indústrias espalhadas naquela região, há necessidade de que seja dada a facilidade do sistema de comunicação.

Esses Distritos também não são ligados por asfalto à sede do Município. Nos dias chuvosos, há grande dificuldade de comunicação. Além do mais, com a facilidade de linhas telefônicas, diminuir-se-á despesas com a locomoção daqueles habitantes. Será também mais um motivo para a fixação do homem no campo.

Certos da sensibilidade dos nobres Deputados na aprovação deste nosso requerimento, contamos com o respaldo de Sua Excelência o Governador.

PROJETO DE LEI N° 266/90

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Para efeitos da fixação dos índices de participação dos municípios no produto de arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de merca-

dorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, a partir do exercício financeiro de 1991, serão observados os seguintes critérios:

I - setenta e cinco por cento (75%), considerado o valor adicional nas operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte Estadual e intermunicipal e de comunicação, realizadas em cada município e em relação ao valor adicionado do Estado, apurados segundo o disposto na Lei Complementar Federal n. 63, de 11 de janeiro de 1990;

II - treze por cento (13%), considerada a produção agropecuária no território do município em relação à produção do Estado, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda.

III - seis por cento (6,0%), considerado o número de habitantes do município em relação ao do Estado, segundo dados fornecidos pelo último censo oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

IV - três por cento (3,0%), considerado o número de propriedades rurais cadastradas no município em relação ao número das cadastradas no Estado, segundo dados atualizados fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

V - dois por cento (2,0%), considerada a área territorial do município em relação à do Estado, em metros quadrados, conforme registros atualizados do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF;

VI - um por cento (1,0%), como fator de distribuição igualitária a todos os municípios;

Art. 2° - Regulamentado o art. 132, parágrafo único, da Constituição Estadual, aplicar-se-á aos municípios beneficiados, um por cento (1,0%), cujo percentual será subtraído do Art. 1°, II, desta lei.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) MÁRIO PEREIRA

Apoiamento: Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA:

A distribuição do ICMS sempre foi tema de grandes debates e acirradas discussões por parte dos prefeitos dos municípios paranaenses principalmente nos anos de 1983 a 1985. Matéria de difícil resolução haja vista que nem sempre se atende a todos com igualdade.

Com o advento da Lei Estadual n. 8282, de 15 de abril de 1986, que define critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas

à circulação de mercadorias - ICM, pareceu, para a grande maioria dos municípios, que suas receitas - neste item - estariam asseguradas no sentido de levar avante os programas de governo e atender as expectativas da população. Notamos, no entanto, que os efeitos daquele diploma em apenas três anos foram neutralizados.

Com a promulgação da Constituição Federal e vigorando os atuais critérios da referida lei, entendemos que a partir do ano de 1991, mais de 80% dos municípios do Paraná terão decretada a falência da Instituição.

Isto se explica da seguinte forma:

Em março de 1989 entrou em vigor, no Estado, a reforma tributária conquistada às duras penas na nova Constituição, porquanto passou a ser cobrado imposto de prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de comunicação e sobre combustível, repassando aos municípios esse tributo com rateio em função do índice que cada um obteve no ano base 86/87 o que representou, sem dúvida, um incremento substancial no cômputo geral da receita.

Desde 1989 até o final do ano de 1990, estes mais de 80% dos municípios paranaenses estarão, assim como os demais, recebendo o ICMS baseado num índice de participação apurado no valor adicionado de 87/88 que a partir de 1991 trará mudanças negativas sem precedentes porquanto o índice será apurado com base no valor adicionado de 1989 - este por sua vez - acrescido dos itens dos serviços e da tributação sobre os combustíveis fará com que haja um aumento gritante neste mesmo, ocasionando um elevado incremento no índice dos municípios que detém a sede de refinarias de petróleo, de hidrelétricas e de grandes transportadoras.

O Município de Vera Cruz do Oeste, na pessoa do seu Prefeito, Sr. Alfeu Gonzatto, tomou a iniciativa de alertar os Prefeitos dos municípios paranaenses sobre esta questão.

Para tanto, foram realizadas palestras e o assunto entrou em pauta para discussão na Associação dos Municípios do Oeste - AMOP; na Associação dos Municípios do Vale do Cantuquiriguaçu - Cantuquiriguaçu; na Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - CONCAM; na Associação dos Municípios da Região dos Campos Gerais - AMCG; na Associação dos Municípios da região entre Rios - AMERIOS; na Associação dos Municípios do Médio Paranapanema - AMEPAR; na Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP e na Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná - AMCESPAR, o que, por sua vez, mereceu aprovação em todas elas, mesmo dos Prefeitos de Municípios que poderão ter perdas

no ICMS com as alterações advindas. Caso específico dos Municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel que entendem ser necessário discutir a questão com isenção e profundidade.

A solução para o problema da concentração do ICMS nas grandes cidades sugere a adoção de duas medidas. Uma, a alteração do art. 158, parágrafo único, da Constituição Federal, para permitir que os estados possam escolher livre e soberanamente a forma de distribuição deste imposto. Nesse aspecto o texto constitucional não é nada progressista e nem moderno como afirmam os constituintes, pois curiosamente mostra o contrário, o critério centralizador que vem sendo usado há muitos anos ratificando o antigo poder da União de interferir na autonomia dos Estados e Municípios. Outra, independente da anterior, consiste na modificação da legislação estadual, introduzindo novos fatores no cálculo dos coeficientes dos Municípios ou mudando os pesos atualmente atribuídos a cada um deles, evitando que poucas cidades ricas recebam grande parcela do ICMS em prejuízo de três centenas de Municípios menos desenvolvidos.

A perda do índice do ICMS tem sido mais acentuada nos Municípios dependentes de uma só economia. Nos Municípios onde predomina a atividade agropecuária (vide gráfico, em anexo, doc. 3), os dados têm mostrados que a cada ano que passa esses municípios perdem pontos consideráveis nos seus índices em favor dos municípios industrializados.

A produção primária merece tratamento relevante razão porque, além de parte integrante do valor adicionado deverá ser premiada com um índice de produtividade.

O deslanche do setor industrial muito deve à utilização da matéria prima vinda do campo, da exploração agropecuária.

Todo e qualquer trabalho, por mais arrojado que seja, no sentido de apurar com eficiência os valores reais do adicionado, por parte das prefeituras de municípios agrícolas, não encontra formas de elevar seu índice a ponto de competir com os municípios industrializados, isto porque o produto só adquire preço depois que passa pelo conseqüente processo de industrialização.

Por esta razão, apresentamos através do Projeto de Lei em apreço uma sugestão no sentido de que a Lei n. 8282 (doc. 2), seja alterada, e esperamos, com o apoio dos nobres pares desta Casa poder contribuir para a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária objetivando reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Vale ainda lembrar que, como o Estado do Paraná, por vocação da sua terra e de

sua gente, é essencialmente agrícola e acena agora, por iniciativa do governo e dos empresários para uma nova fase da sua economia com a industrialização da sua produção, terá, por outro lado, em cada município um aliado na fiscalização, quando da comercialização e trânsito de produtos agrícolas e pecuários, em destaques aqueles de consumo "in natura".

O Estado, por sua vez, não se permite mais expandir a área de produção com a abertura de novas fronteiras agrícolas. A sua área agricultável já está plenamente explorada.

Para tanto, é preciso incrementar a produtividade e este incremento será alcançado se tivermos o engajamento de todos os municípios, entusiasmando seus produtores para este objetivo.

Para melhor ilustrar e facilitar a análise dos nobres Parlamentares sobre a presente sugestão, anexamos a relação dos municípios e os índices que lhes serão destinados, se aprovada a nossa proposta (doc. 1).

Acompanha também, o projeto, um demonstrativo (doc.3) da participação dos municípios na arrecadação do ICM/ICMS nos últimos cinco exercícios, de onde se desprende que apenas treze municípios, em 1990, absorverão 50,38% do ICMS do Estado, e os demais trezentos e dez, dividirão o que sobra, demonstrando ainda a decadência do setor primário e a evolução da indústria.

PROJETO DE LEI N° 267/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Pato Bragado, com território desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon, com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas:

"Tem como ponto inicial, a Foz do Rio Branco no Lago Itaipu, antigo leito do Rio Paraná. Do ponto inicial, sobe pelo Rio Branco até encontrar a desembocadura da Sanga Caranchan, sobe por esta até sua nascente, deste ponto, segue pela linha divisória dos lotes rurais 50, 47, 46, (inclusive) e 51 e 54 (exclusive) do 22° perímetro até alcançar a cabeceira da Sanga Biriva, segue pela Sanga Biriva até sua Foz no Arroio Fundo, desce pelo Arroio Fundo até a ponte na Estrada Porto Britânia Margarida, segue por esta até a divisa dos lotes 20 (inclusive) e 19 (exclusive) até o Arroio Marreco, desce pelo Rio São Francisco até sua Foz no Lago Itaipu no Rio Paraná, pelo Talvegue do Rio Paraná até sua Foz do Rio Branco, ponto inicial e final".

Sala das Sessões, em 23.04.90

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa da medida aqui proposta é bem vinda, já que tornou-se evidente o desenvolvimento econômico e sócio-cultural daquela localidade, o que justifica plenamente a adoção de nossa medida.

O Distrito Administrativo em questão foi criado pela Lei 5079 de 02 de abril de 1965, publicada no Diário Oficial de 14 de abril de 1965.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, 23 de abril, comemora-se, no Brasil, o dia do Escoteiro.

O movimento Escoteiro teve seu início com o presente século, através do Legendário BADEN POWELL, hoje adestrando, ilustrando e proporcionando aprimoramento pessoal de Patriotismo, religiosidade, humanismo, ecologismo, proteção à flora e a fauna, enfim, dando ao jovem, todos os princípios de cidadania.

São, hoje, só no Paraná, 95 grupos Escoteiros que contam com aproximadamente 5.000 escoteiros e 1.000 chefes que são divididos nos seguintes estágios:

LOBINHOS - crianças de 7 a 10 anos

ESCOTEIROS - de 11 a 14 anos

SENIOR - de 15 a 17 anos

PIONEIROS - a partir de 18 anos e Escotistas (Chefes) maiores de 18 anos.

Registramos, pois, as nossas homenagens a todos que, de alguma forma participam do MOVIMENTO ESCOTEIRO.

SEMPRE ALERTA PARA SERVIR.

RAUL LOPES

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Estive no final da semana na minha região, Maringá, e recebi ali entre o grande assunto, o assunto do momento, indiscutivelmente a greve dos professores do Paraná, uma greve das mais justas, diga-se de passagem, e nós vamos explicar no decorrer da sessão porque nós entendemos assim.

Nós recebemos pedidos de informações de moradores, principalmente de Maringá, a respeito de uma posição da SANEPAR. A SANEPAR apresenta ou apresentará, nas contas de abril, um aumento nas contas de água e esgoto de 79%. Em abril, quando o trabalhador não receberá nenhum tipo de aumento, quando não se dá o aumento ao funcio-

nalismo público do Paraná, o aumento que ele merece, quando não se dá o aumento ao professor, fala-se num aumento de 79% da SANEPAR, para as contas que chegam agora no mês de abril.

Estamos levantando também o aumento no mês de abril das tarifas de energia elétrica da COPEL. E observamos que enquanto o Governo diz não ter recursos para o pagamento do funcionalismo público do Estado do Paraná, e para o pagamento que os professores reclamam, nós encontramos este aumento abusivo nas tarifas públicas do nosso Estado.

Estamos efetuando o devido levantamento e vamos trazer a esta tribuna, a esta Casa, assim que tivermos em mãos, como é possível dar ao funcionário público do Estado do Paraná o que o Governador manda para esta Casa, 60%!

Nós temos dito e já falamos nesta tribuna e vamos marcar a nossa posição e a posição da bancada do PRN, na Assembléia Legislativa.

No mês de janeiro nós não tivemos nenhum tipo de reajuste. No mês de fevereiro, 11% para uma inflação em torno de 70%. No mês de março, 50% para uma inflação na casa de 84%. De janeiro a março, uma inflação acumulada superior a 200%. E de janeiro a março o reajuste ao funcionalismo público do Estado do Paraná, na casa de 121%.

É um absurdo e é bom que se marque bem essa posição, para que saia deste local os nossos reclamos, para que o povo do Paraná saiba porque é que os professores estão fazendo greve e porque é que o funcionário público do Estado do Paraná está à beira da miséria com sua família, em função do pagamento absurdo feito pelo Estado do Paraná.

Enquanto isso - e a denúncia da "Folha de São Paulo" de segunda-feira, 23 de abril de 1990, hoje portanto, Álvaro Dias usa placas em estradas para fazer sua propaganda pessoal. O Governo do Paraná inaugurou nos últimos três anos, cerca de 130 obras rodoviárias, nas quais foram instaladas em cada uma delas, duas placas de concreto, nas quais aparece o nome do Governador Álvaro Dias. As placas, conhecidas, como "casinhas", têm dois metros de altura por 1,50 de comprimento.

A Constituição proíbe, diz a "Folha de São Paulo", artigo 37, a colocação de nomes de autoridades em obras públicas. A propaganda de Álvaro Dias, na televisão, anuncia que o governo construiu 2.400 quilômetros de estrada nos últimos três anos. José Alberto Ribeiro, Presidente da Associação dos Empreiteiros, afirma, porém, que 70% destas obras já estavam prontas no Governo anterior, do Senhor José Richa.

O Banco do Estado do Paraná gastou, no

último semestre do ano passado, o equivalente a 529 milhões, 207 mil, 560 cruzeiros, na propaganda do Banco e do Governo do Estado.

A informação consta do documento n° 4.010, do sistema de informação do Banco Central, o Diretor de Marketing do BANESTADO diz que as despesas de publicidade incluem também promoções do Banco em feiras agropecuárias e projetos comunitários.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se o Governo gastou só no BANESTADO, não se fala em comunicação social, BADEP, COPEL, etc., se gastou no semestre passado 529 milhões de cruzeiros, em dinheiro de hoje, passando de 800 milhões de cruzeiros, para falar do Governador Álvaro Dias, não tem então nenhum tipo de explicação que possa prender nenhum Deputado nesta Casa e não votar por aquilo que nós entendemos justo para o funcionalismo, que é pelo menos, na pior das hipóteses, a inflação de janeiro a março deste ano, que passa de 200%.

Nós queremos dizer ainda que se o veto aparecer, esta Casa tem jeito, poderes e número para derrubar os vetos, basta fazer o que o PRN fará, se a matéria for vetada; nós vamos dali onde votamos mostrar para alguém o voto nosso do veto do Governador, e os outros Deputados podem agir desta forma; e o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, que também é favorável à luta dos professores e dos funcionários públicos, por certo não estará olhando naquele momento para aquele local para impedir ou para proibir que o voto seja mostrado no veto do Governador, se ele vir para esta Casa. O PRN vota a favor dos professores e dos funcionários, dentro de um aumento que se pode propor nesta Casa, e vota aberto depois no veto, se o veto chegar a esta Casa.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Vou aproveitar já a deixa do Deputado Ferrari, que falou das "casinhas" do Governador, para falar das casinhas da COHAB, porque no Departamento de Planejamento da COHAB, os arquitetos, engenheiros e desenhistas, estão às voltas pela falta de espaço, prateleiras cheias e dezenas de caixas acomodadas provisoriamente, inclusive embaixo das mesas, denunciando aos visitantes, mesmo aos mais avisados, a situação em que estão hoje as COHABs em todo o País. Os técnicos do Departamento que contemplam diariamente esta aparente desarrumação, evidentemente gostariam de se

livrar o mais rápido possível desta papelada que toma conta das salas, um desejo que é compartilhado por toda a Companhia, e explica-se: "nas prateleiras e caixas estão guardados os resultados de pelo menos dois anos de trabalho dos profissionais das COHABs. E ali estão os projetos que foram desenvolvidos nos últimos 24 meses e que permanecem parados à espera de recursos há quase dois anos. Desde fevereiro de 88 a COHAB não recebe novos empréstimos do Sistema Financeiro de Habitação e não pode dar início às novas obras. Se houvesse dinheiro e fosse possível executar os projetos que adormecem nas prateleiras, a Companhia daria atendimento a cerca de doze mil famílias, que hoje estão aí sonhando com a casa própria.

A Companhia está aguardando a liberação de recursos no total exato de onze mil, novecentos e cinquenta e duas unidades, distribuídas nos diversos programas desenvolvidos pela Companhia. No programa convencional em que os conjuntos são construídos por empreiteiras, estão projetadas 454 casas e 6.188 apartamentos; nos loteamentos populares em projeto, há mais de 3.500 unidades e no programa de regularização fundiária e urbanização de favelas, fica na dependência de verbas com atendimento a quase duas mil famílias, em três áreas, cuja intervenção está prevista. Também está comprometida a continuidade do programa de auto-construção que a COHAB há dez anos vem desenvolvendo com sucesso em Curitiba, e em até alguns municípios da região metropolitana. A Companhia solicitou um crédito para implantação de quatro mil unidades de alto padrão, mas até hoje não tem nenhuma resposta a esse pedido. E caso esse dinheiro viesse a ser liberado, ele poderia ser destinado às famílias que estão integradas no programa de lotes populares ou em novos loteamentos, agilizando inclusive a sua ocupação.

Em 1989, para superar o impasse criado pela inexistência de novos recursos do Sistema Financeiro de Habitação e evitar que o programa habitacional de Curitiba entrasse em colapso, a COHAB procurou criar alternativas de atuação que lhe permitisse dar atendimento à sua clientela. E o exemplo é o programa de lotes populares totalmente custeado por recursos próprios. Outra alternativa é o "Programa Primeiro Teto", que prevê o financiamento para construção de um módulo mínimo de 20 m² para construção evidentemente de uma residência para poder atender a essa clientela. Mas, infelizmente, o alcance deste tipo de atuação ainda é muito pequeno, porque a capacidade de investimentos da Companhia é reduzida se comparada com a demanda que ela deve atender: quarenta mil famílias estão registradas em seu cadastro

de inscrições e que aguardam um financiamento habitacional. A não liberação de financiamentos para as Companhias de Habitação implica exatamente na impossibilidade de atendimento às milhares de famílias que em todo o País têm na ação das COHABs a única forma de adquirir um imóvel em função do seu alto custo.

O que nós esperamos agora e o que a população brasileira aguarda, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que com a entrada do novo Presidente seja dada uma atenção especial para o programa da casa própria. Não podemos mais presenciar como nós presenciamos diariamente, em nossas andanças por esta Curitiba e por esta região metropolitana este inchaço desordenado de tanta gente que vem do interior do Estado em busca de dias melhores na Capital do Estado e que lamentavelmente não encontra espaço para fazer a sua casinha e condições para fazê-la.

Entro já, Senhor Presidente, com a permissão do Líder Valderi Mendes Vilela, no espaço da liderança do PDT apenas por dois minutos cedendo o restante para nossa Liderança.

Queria complementar, ainda, Senhor Presidente, que nesse final de semana mais uma vez pudemos constatar a precariedade em que se apresenta o sistema de segurança pública do Estado do Paraná. As delegacias em péssimas condições, policiais sem viaturas para o trabalho, o povo sofrendo sem policiamento, isto sem contar mais uma vez a situação que se encontra o DER, Departamento de Estradas de Rodagens que enfrenta dificuldades pela falta de condições de trabalho, pela falta de condições de poder colocar o maquinário na estrada para poder trabalhar, e aí está o sofrimento dos Prefeitos da região metropolitana, com os quais nós nos reunimos todos os meses para discutirmos os problemas da região: a falta de amparo por parte do Governo do Estado do Paraná, sempre alegando que não tem condições, não tem como atender. Aquelas chamadas patrulhas do DER não estão sendo mais colocadas à disposição dos Prefeitos e, conseqüentemente, em especial na região metropolitana o que se observa é um quadro caótico das estradas que servem a estes municípios.

Por isso, mais uma vez, encarecemos desta tribuna, à Liderança do Partido do Governo na Assembléia para que dêem atenção a esta solicitação dos Prefeitos da região metropolitana pelo descaso que estão tendo pelo não atendimento junto às suas reivindicações, em especial, junto ao Departamento de Estradas de Rodagem.

Aqui estão mais uma vez hoje os professores da rede estadual de ensino, também clamando por um atendimento por parte do Governo. Eles querem um contrato direto

com Sua Excelência o Senhor Governador do Estado. Já não há mais condições de diálogo com interlocutores do Senhor Governador, não se chega a um denominador comum. Assumiu recentemente o Dr. Moacir Favet (?), e uma das suas primeiras tarefas foi colocá-lo diante dos professores, como se a Secretaria da Segurança Pública tivesse alguma coisa com a Educação no Estado do Paraná. Talvez foi para anunciar que não haveria mais pancadaria, não teríamos mais os cavalos em praça pública para jogar contra os professores. O que querem os professores, e nós sentimos desejo no contato diário que temos com este segmento da sociedade. Querem voltar à sala de aula, mas, querem voltar com dignidade, querem voltar com alguma coisa de positivo conseguida junto ao Governo do Estado. E é preciso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que sabem sobre professores, os pais estão começando já ficar também sem condições de agüentar os seus filhos em casa. Querem uma solução por parte do Governo. Querem que os professores voltem à escola. Mas, para isto é preciso que o Senhor Governador do Estado, mais do que nunca, urgentemente os receba e dê uma solução para o caso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença da Vice-Prefeita de Catanduvas, Romilde, acompanhada dos Senhores Vereadores. Deputado Nereu Massignan com a palavra.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, professores e funcionários que visitam esta Casa:

Venho a esta tribuna para fazer alguns reparos a uma entrevista do Presidente do PMDB, Deputado Waldir Pugliesi, publicada na "Gazeta do Povo" desta segunda-feira. Diz o Presidente do PMDB:

"O caráter cauteloso que Pugliesi reclama para as negociações em direção às alianças em torno de Requião, vem basicamente de algumas ações e pretensões integrantes destes Partidos".

Ele critica duramente por exemplo, o fato de José Richa, de Deni Schwartz, ambos do PSDB terem defendido seis anos de mandato para José Sarney na Presidência. O próprio Richa era o candidato preferido do Sarney a esta eleição.

Muito bem, meu caro Presidente do PMDB, Vossa Excelência tem memória curta: principalmente nas vésperas de uma nova eleição, que procura com estas observações fazer com que a opinião pública seja confundida afirmando que os integrantes do PSDB defendiam seis anos de mandato para Sarney.

Mas, a bem da verdade, ilustre Deputa-

do Waldir Pugliesi, Vossa Excelência como Presidente do PMDB, naturalmente endossou a posição do Governador Álvaro Dias, que defendeu publicamente cinco anos de mandato para o Presidente Sarney.

Vossa Excelência naturalmente, como presidente do PSDB, que estimulou a Banca do PMDB, da qual eu pertencia, a assinar documento de apoio a cinco para Sarney, e me neguei a assinar aquele documento, Deputado Waldir Pugliesi.

O seu Governador Álvaro Dias, na época, argumentava que defendia cinco anos para o Presidente Sarney, para viabilizar seus projetos administrativos. Pois bem, Deputado Waldir Pugliesi, se Vossa Excelência não sabe, e deve saber porque é Deputado Federal, que da distribuição das verbas do selo pedágio, graças ao prestígio do Governador Álvaro Dias com Sarney, que lhe deu cinco anos, o Presidente Sarney, o único veto praticado pelo Presidente Sarney, para conservação de estradas, foi em relação à nossa BR, que vai até Foz do Iguaçu, vetando a distribuição de verbas para a recuperação desta estrada.

Este foi o prestígio que Vossa Excelência e Álvaro Dias conseguiram com o Presidente Sarney.

O Deputado Waldir Pugliesi prossegue dizendo, se referindo à posse de Ary Queiroz, que tinha como objetivo interromper o trabalho desenvolvido pela administração atual, denegrir a imagem do Governo Dias, para atingir eleitoralmente o PMDB e promover-se através da farsa. Este último intuito seria posto em prática, por exemplo, com a divulgação de que o PSDB com Queiroz havia saneado as finanças do Estado, digo, do Banco do Estado.

Ora, Deputado Waldir Pugliesi, Vossa Excelência vem elogiar o trabalho desenvolvido pelo Governo Dias. Eu gostaria que o Presidente do PMDB, Deputado Waldir Pugliesi, estivesse hoje nesta sessão, e testemunhasse aqui na presença dos professores, que estão em greve há trinta dias e pudesse testemunhar de público qual foi o seu compromisso com os professores. Naturalmente, o seu compromisso foi endossar a política de arrocho salarial do Governo Álvaro Dias e, pior do que isso, foi ajudar a revogar o piso de três salários-mínimos conquistados, exatamente, no Governo Richa que V.Exa. agora critica.

Foi essa a sua contribuição, Deputado Waldir Pugliesi, se extinguir como piso salarial dos professores do Paraná.

Termino, Deputado, dizendo: eu nem quero imaginar se esse pessoal tivesse assumindo o Governo; iriam pôr em marcha uma ânsia de vingança nazista, uma "blitz" de ódio que ganharia, com facilidade, espaço no livro "guiness" de recordes.

V.Exa. previa um Governo nazista, as-

sumindo Ary Queiroz, realmente, porque o Governador Ary Queiroz, Ilustre Deputado Valdir Pugliesi, deu o seu testemunho às lideranças sindicais do Funcionalismo e do Magistério de que não iria mais gastar dinheiro com publicidade; não faria o que fez o Banco do Estado, Deputado Valdir Pugliesi, o que fez o Governador Álvaro Dias, gastando duzentos e treze milhões, sessenta e um mil, cinqüenta e cinco cruzeiros e quarenta e quatro centavos só no mês de janeiro. Não faria, Deputado Valdir Pugliesi, como faz o seu Governador que V.Exa. tanto defende, ficar insensível com a greve do Magistério. V.Exa. poderia contribuir para esta ânsia nazista que impera no Governo do Estado, abrindo os veículos da comunicação para que os professores pudessem dizer ao Paraná porque que estão em greve há trinta dias.

Era este o meu recado, Ilustre Deputado. Venha debater conosco. Estou à disposição de V.Exa. para fazer a análise do Governo Richa e comparar com o Governador Álvaro Dias, tendo por testemunha as galerias desta Assembléia e o povo paranaense. Eu tenho certeza de que neste debate e nesta comparação José Richa ganhará o espaço devido pela justiça que se fará do seu Governo perante o funcionalismo público e perante a sociedade paranaense.

Era isso, Senhor Presidente, e muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

(Lê): "Confesso estar perplexo e preocupado com as notícias que dão como certa a extinção da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral.

Perplexo pela forma como este processo vem sendo conduzido e pela forma como tomamos conhecimento desta tentativa, uma vez que a extinção deste órgão vem sendo propalada pela imprensa antes mesmo que as outras Secretarias tenham concluído seu trabalho de apresentar sugestões ao Governador, visando promover uma reforma administrativa na estrutura do governo. E muito preocupado, pois se é intenção real do Governador Álvaro Dias extinguir órgãos e tornar a máquina administrativa mais enxuta, esta reforma administrativa nunca poderia começar pela Secretaria do Planejamento e seu órgão vinculado, o Iparades.

Esses dois órgãos dispõem, hoje de um corpo técnico de alto nível, que não foi formado de um dia para outro. Para conseguir-se esta excelência de técnicos o Estado precisou investir na formação de bons profissionais, principalmente dos que

atuam nas áreas de orçamento, estrutura governamental, estudos estratégicos do governo, e pesquisas sócio-econômicas, que ao longo de muitos anos vêm subsidiando as ações do Poder Executivo.

Com a desarticulação dessa equipe, o Estado terá prejuízos, pois esses técnicos ficarão dispersos pelo setor público. Se se pretende economizar recursos, quase nada será economizado, uma vez que a maioria desses técnicos já têm estabilidade no serviço público.

Não se trata de fazer fisiologismo, mas de defender os paranaenses que serão prejudicados pela falta de planejamento. Não apenas este governo, mas também os próximos, não saberão onde estão as áreas prioritárias de atuação do serviço público.

Sem planejamento como saber onde é necessário instalar uma escola, um posto de saúde, uma estação de tratamento de água?

Sem planejamento, como é que o Governo pretende identificar a melhor forma de aplicar os recursos que são de todos os paranaenses, que contribuem com impostos?

O sistema de planejamento do Paraná goza de alta reputação não apenas em estados como Pará, Maranhão, Goiás, Tocantins, Espírito Santo, Mato Grosso, Rondônia e outros, assim como junto o Governo Federal. Também junto a organismos internacionais, que há muito tempo financiam projetos em nosso Estado, o Paraná é altamente conceituado, com a capacidade dos técnicos reconhecida e recomendada por órgãos como BID e Banco Mundial.

Este reconhecimento do nível técnico tem projetado o Paraná no cenário nacional, pois com certa frequência os trabalhos aqui desenvolvidos servem de modelo para outros estados brasileiros e países da América Latina.

Não é a toa que o IBGE vem apresentando, mensalmente, o Paraná como Estado que comanda a dianteira em desenvolvimento e desempenho industrial.

Este progresso é fruto de planejamento e ações bem direcionadas em tempos passados.

A nossa agricultura, tão pujante, não apresenta os altos índices de produtividade apenas pela fertilidade de nosso solo. Foi pelo planejamento de ações através do Prorural e outros grandes programas que a nossa produção agrícola chegou aos níveis de hoje.

Desmantelar o sistema de planejamento é negar uma história de 17 anos e um trabalho de excelentes resultados.

Hoje a ciência e tecnologia no Paraná é uma área que caminha a passos largos. E onde nasceu o Conselho de Ciência e Tecnologia? Nas salas de trabalho da Secretaria do Planejamento.

A reforma administrativa adotada pelo Governo Álvaro Dias, que permitiu dotar o Paraná de uma estrutura ágil e racional sempre foi coordenada pela Secretaria do Planejamento.

A lei que estabeleceu normas quanto ao uso e ocupação do litoral paranaense, que concede um idêia arrojada de crescimento dos nossos balneários, com preservação ecológica, também foi embasada em estudos da Secretaria do Planejamento.

O orçamento do Estado, que permite saber quanto o Governo arrecada e quanto e onde vai aplicar estes recursos, também é de responsabilidade desta Secretaria.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se me permitem, levantarei agora o lado mais grave desta questão: com a extinção da Secretaria do Planejamento, o Poder Executivo estará rasgando a Constituição Estadual que ajudamos a redigir e aprovar.

Através de seus artigos 78, 87, 133, 140 e 141, a Constituição Estadual é clara quando determina que certas funções sejam exercidas pelo SISTEMA DE PLANEJAMENTO. O Sistema de Planejamento, através da Constituição, fica obrigado a desempenhar a PROGRAMAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS. O não-cumprimento destas medidas fere dispositivos constitucionais, e como poderá o Governador cumprir estes dispositivos sem uma estrutura de planejamento, que precipitadamente se pretende extinguir?

Lembro ainda que o não-cumprimento da Constituição poderá levar o Chefe do Executivo a situações muito graves.

Senhores Deputados: neste momento, solicito a todos que se unam em torno da manutenção da Secretaria do Planejamento e do IPARDES, para não correremos o risco de ver nosso Estado caminhar a esmo, sem diretrizes calcadas em planejamento e estudos técnicos. Os paranaenses não merecem que o seu destino seja decidido sem base técnica."

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente,

Senhores Deputados, acabo de receber neste instante uma carta da advogada Elмира Müller que esteve há poucos instantes na Assembléia Legislativa me trazendo uma carta, com fotografias ilustrativas da denúncia que ela faz.

E esta carta vem calhar bem ao nobre Deputado Algaci Túlio que há poucos instantes ocupou a tribuna para tecer críticas ao Governo do Estado com relação a diversos aspectos administrativos. É aquela história: "faça o que eu digo, mas não

faça o que eu faço". A carta diz o seguinte: (Lê) "Senhor Deputado: Há vários anos estamos reivindicando junto à Prefeitura Municipal, sem sucesso, simples pavimentação e manilhamento para a Rua JOVINA DE OLIVEIRA KARAN, bairro Capão Raso. Lá moramos e pagamos impostos.

Apesar da insistência junto à Freguesia do Pinheirinho (Dr.^a Ângela, fone 242-2812) e de pagarmos em dia o vultoso I.P.T.U., nossa rua está em completo abandono. Há anos, quase uma década, que as máquinas da Prefeitura não passam por lá. Tão somente as ruas vizinhas (pupilas do Vereador Tito Zeglin), quais sejam: Rua Ozório dos Santos Pacheco e Major Sebastião Izidoro Pereira, receberam gratuitamente o antipó, na véspera das eleições p. passadas. Nossa rua foi rejeitada, lançada à própria sorte. Com esgostos à céu aberto, proliferação de ratos, cobras, servindo de refúgio para os ladrões de carros, que a usam para "depenar", nas altas madrugadas, os automóveis furtados. Chegou ao cúmulo de, com as chuvas de janeiro p. p., além das imensas valetas formadas ao longo do leito, surgir uma enorme vertente de águas cristalinas em frente ao nosso portão (fotos inclusas). Assim, sair de casa pela manhã, exige extrema perícia e habilidade, para não deslizar no buraco. Vários motoristas tiveram que pernoitar na citada rua, encalhados no atoleiro... Já não é mais possível a passagem do caminhão do gás e do lixo... Em plena Curitiba, Capital ECOLÓGICA.

Assistimos revoltados, à grande campanha publicitária do Prefeito Jaime Lerner, visando projeção internacional, sendo a última lançada pela Revista Nova-nº 198-março/90, na qual a animadora cultural, Maria Christina de Andrade Vieira em artigo intitulado "NOVA CURITIBA", destacou a atuação do Senhor Prefeito, assim se reportando:

"O Hauer não tem a cara dos Shoppings tradicionais. Tem, antes, a cara da Curitiba, humana e ecológica do Prefeito Jaime Lerner."

Certamente, Maria Christina, nunca visitou os bairros da Capital, pois ficaria sabendo que Curitiba está longe de ser a tão propalada Capital Ecológica.

As vésperas do último Natal, o Vice-Prefeito Algaci Túlio esteve em nossa rua lançando o projeto "Tudo Limpo". Tomou conhecimento do estado calamitoso em que a mesma se encontra. Foram muitas promessas que infelizmente caíram no esquecimento. O projeto "Tudo Limpo", só serviu para algumas fotos de campanha. Afinal é preciso primeiramente ter-se uma rua, para depois limpá-la.

Assim, cansados de ouvir promessas eleitoreiras, vimos à vossa presença. To-

mamos conhecimento do vosso profícuo trabalho em prol da comunidade paranaense. Sabemos que não é de hoje. O saudoso ERTON COELHO QUEIROZ, com o qual nos orgulhamos de ter trabalhado, inteirou-nos da vossa honradez e dignidade. Referia-se como sendo "um dos poucos políticos no qual se pode confiar". Assim, tomamos a liberdade de pedir o vosso apoio, no sentido de reivindicar junto a municipalidade, providências imediatas para tornar nossa rua ao menos "transitável".

Temos certeza que desta vez, acolitados por tão nobre Parlamentar, conseguiremos um novo visual para nossa olvidada Rua Jovina de Oliveira Karan.

Autorizamos publicação parcial ou total da presente.

Atenciosas saudações,

(a) ELMIRA MÜLLER"

Senhor Presidente, este memorial da advogada Elmira Müller é realmente impressionante: caminhão tombado, atolado, ruas interrompidas por valetas colossais, enfim, um retrato do que é a Curitiba de hoje, a Curitiba que cobrou um IPTU sangüinolento da população curitibana, a Prefeitura que, através do Imposto Predial e Territorial Urbano, está procedendo a um verdadeiro confisco da propriedade curitibana porque muitas são as pessoas que tiveram de vender a sua casinha por não poderem pagar o seu imposto.

E esse dinheiro, nós perguntamos: onde está? Se todas as ruas de Curitiba, a exemplo do que deu o Deputado Algaci Túlio na tribuna que as estradas do Paraná estão intransitáveis, eu dou razão a Sua Excelência, mas Sua Excelência também deve reconhecer que as ruas de Curitiba são um retrato de uma administração que nada fez até agora senão cobrar imposto.

Onde estão as promessas da campanha eleitoral? Campanha eleitoral de 12 dias que levou à Prefeitura o Sr. Jaime Lerner e o Sr. Algaci Túlio. Onde está o cumprimento dessas promessas?

Essas são as perguntas que se escutam hoje em cada esquina, em cada canto de Curitiba. E é lamentável porque nós sabemos que o Prefeito é um homem capaz, é um homem que, se quiser, se tiver vontade de trabalhar, poderá devolver ao curitibano a dignidade de viver numa cidade bela, de viver numa cidade que, aí sim, poder-se-ia dizer que é a terceira cidade do mundo para se viver. Mas, hoje não; hoje é um desastre a administração de Curitiba: as ruas todas esburacadas, o antipó, que é um capital, um capital pago pelo contribuinte curitibano, está se desfazendo, misturado a lama e aos buracos, e esse antipó foi pago, e é um crime que...

O SR. RAFAEL GRECA - Vossa Excelência per-

mite-me um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - ...que não se restaure esse antipó porque é um capital do povo curitibano que precisa ser resguardado.

Senhor Presidente, lamento que eu tenha sido interrompido por um Deputado dos mais educados, dos mais finos que esta Assembléia tem, mas ele não pode fugir da verdade, e a verdade é que a cidade está completamente abandonada, e nós não trazemos esta denúncia no sentido de fazer oposição, mas no sentido de resguardar a população curitibana, a quem nós devemos atenção porque a nossa maior votação em todas as eleições é no Município de Curitiba.

Portanto, não estamos nada mais fazendo do que cumprir com o nosso dever com a população curitibana.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, fui mencionado na tribuna mais uma vez pelo Deputado Erondy Silvério, a quem eu prezo muito e tenho respeito pela sua pessoa, porque afinal de contas foi uma das pessoas que me colocou na vida política e eu tenho muito respeito pelo Deputado Erondy Silvério.

Parece-me que o Deputado tenta por duas ou três vezes provocar este Parlamento no sentido de que venha publicamente talvez a tomar alguma posição que não seja aquela que é uma posição coerente com a minha pessoa.

Quero dizer ao Deputado Erondy Silvério que ninguém mais do que eu, conhece a situação da cidade, ninguém mais do que eu, publicamente, tem reconhecido isso, Deputado, através do meu programa de rádio, porque afinal de contas, procuro manter a minha coerência, e entendo...

Só para completar, Senhor Presidente, eu fui citado e quero responder. Quero dizer - e tenho reconhecido - que a cidade está em estado de abandono, reconheço isso perfeitamente, tenho feito cobranças ao Prefeito e parece-me que agora com algumas modificações dentro das estruturas de Secretarias da Prefeitura parece-me que agora, a coisa vai andar. De qualquer maneira, respeito e reconheço publicamente mais uma vez, há que se fazer muita coisa para recuperar nossa cidade. E este Vice-Prefeito muito embora não exercendo a função de Vice-Prefeito, estando aqui nesta Casa, se dedicando vinte e quatro horas por dia, tem conhecimento da situação e tem reivindicado, junto à Prefeitura, as melhorias da cidade.

Sou coerente, mantenho minha coerência e reconheço que em relação à cidade tem

que se fazer muito para que ela consiga recuperar a sua imagem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Deputado Dirceu Manfrinato com a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Digníssimas Professoras do Paraná. Observamos atentamente o discurso dos Deputados da Oposição. Assistimos primeiramente ao Líder do PRN, Deputado Ferrari Júnior, quando aqui teceu várias críticas ao Governador Álvaro Dias. Falou dos gastos do Governador na imprensa. Falou das casinhas do Governador colocadas como marco na sua história no Estado como Governador. Falou sobre as despesas, mas esqueceu, o ilustre líder do PRN, de dizer aos professores do Paraná, de dizer aos Srs. Deputados, o quanto custou a viagem do Presidente eleito Fernando Collor de Melo. O quanto gastou o Presidente da República que hoje traz uma imagem ao povo do Brasil inteiro, uma imagem de austeridade, uma imagem de uma inflação zerada para o povo brasileiro.

Meu caro Líder do PRN, como é fácil atirar as pedras, como é fácil estar deste lado um dia e também ser vaiado pelos Professores, como fui... como é fácil apenas mudar para outro lado e dizer: - estou aqui para receber hoje os aplausos.

Que isto sirva de exemplo aos Professores do Paraná. Como há pouco ouvimos o Deputado do PSDB, professor da verdade Deputado Nereu Massignan, que também estava deste lado até ontem e hoje passou para o outro lado.

Meus caros Professores, é vivendo que se aprende. É conhecendo de perto todos os segmentos da sociedade, e até dentro de um Parlamento é que se conhece a veracidade dos fatos. Que isto sirva de exemplo aos Professores do Paraná, aqueles que investidos numa sigla partidária, quando no Governo Federal, no Governo Estadual, não eram atingidos por uma crise que estamos vivendo hoje. É mentira quando dizem que não existe recessão neste País. Existe recessão, existe desemprego neste País! Não podemos ser iludidos apenas por jogos de esportes e vaidade pessoal de quem está governando uma Nação, com a grande esperança desde a criança até o profissional liberal.

É muito fácil, meus caros Professores, até ontem estar deste lado, sendo beneficiados pelo Governo, em sua região, aplaudindo o Governador Álvaro Dias e hoje criticando o Governador Álvaro Dias. É muito fácil. Mas que isto sirva de exemplo aos Professores do Paraná, por quem torcerei também como Deputado que sou e que nunca fui contra os Professores. Fui contra as emendas demagógicas e os Srs. assistirão a

este filme amanhã, aqui na Assembléia Legislativa, quando alguns Deputados, por interesses eleitoreiros, apenas defendendo a sua volta a esta Casa procuram enganar as consciências de todos os paranaenses, principalmente a você Professor.

Que isto sirva de lição, para que esta união que há nesta classe hoje, e nesta união que houve no passado, esta união se faça para que vocês lancem um candidato, para que vocês, já que são unidos como são, que defendam de unhas e dentes os seus direitos, eu peço a vocês Professores do Paraná, escolham entre vocês, um representante para ser Deputado Estadual, escolham entre vocês um representante para ser Deputado Federal ou uma Deputada Federal, ou uma Deputada Estadual, porque só assim, vocês terão autoridade neste Parlamento, para defender os interesses da classe, porque vocês não estarão convivendo com aqueles que hoje estavam deste lado, por benesses do Governo e que hoje estão do lado de lá para criticar o Governo.

Eu faço este apelo aos Professores do Paraná; terão o apoio deste Deputado, Dirceu Manfrinato, elejam seu representante, elejam o seu Deputado Estadual, são setenta e cinco mil funcionários entre inativos e aposentados. Têm toda autoridade e competência, para ter aqui nesta Assembléia Legislativa o seu Deputado ou a sua Deputada, o seu Deputado Federal, ou sua Deputada Federal.

Eu tenho certeza, que muitos aqui que criticam, mas bajulam aqueles do Governo Federal, que estão lá no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, que foram beneficiados com Canais de Televisão e Rádios do Paraná, para dar o voto a Sarney, por cinco anos.

Quero saber qual a autoridade moral desses Deputados, para dia 3 de outubro, que levaram vantagens financeiras, para dizer ao povo do Paraná, que eles precisam do voto do povo.

Parabéns Professores e quero viver com vocês se Deus quiser, como representante oficial nesta Assembléia Legislativa do Estado. Muito obrigado.

O Sr. Ferrari Júnior - (Pela Ordem) - Sr.

Presidente. Pretendia apartear o Deputado Dirceu Manfrinato, mas é impossível no Pequeno Expediente. Depois eu vou fazer a minha defesa e a defesa do PRN, quando estivermos discutindo a matéria, mas só quero dizer ao ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, que ele tem a cabeça muito curta, ele está pedindo para o Professor eleger, aqui, um Professor para defender os interesses dele, até aí tudo bem, respeito os Professores, Deputados, mas o Sr. Álvaro Dias é Professor...

(Aplausos da galeria)

O Sr. Dirceu Manfrinato - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, eu quero neste momento, parabenizar o líder do PRN, uma vez que ele reconhece que o Governador do Estado é professor.

Nós sabemos que aqui na Assembleia Legislativa do Estado, também existem alguns Professores.

Mas nós queremos saber dos Professores aqui na Assembleia Legislativa do Estado, que defendem os interesses da classe, não é Deputado Ferrari Júnior, como V.Exa. que até ontem aqui era contra a posição dos Professores. Hoje V.Exa. passou a ser o contrário, hoje V.Exa. vem defender os Professores, está registrado nos Anais desta Casa...

O Sr. Ferrari Júnior - (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu sou o autor da Emenda que favorecia os Professores no final do ano passado, emenda que o Deputado Dirceu Manfrinato, votou contra.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Gostaria que V.Exa. me assegurasse a palavra...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicita pela ordem, mas poderá cassá-la desde que o orador não indique desde logo o Artigo Regimental que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos."

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - Eu ouvi atentamente o ilustre líder do PRN e espero que haja de V.Exa. o direito da minha resposta ao ilustre Deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR - (Pela Ordem) - Se houver, gostaria de falar também Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa tem sido tolerante e pede aos Senhores Deputados compreensão nesse sentido, porque senão vamos nos perder nas questões de ordem que não são questões de ordem. Mas V.Exa. poderá concluir.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - Eu vou concluir em pouco tempo Sr. Presidente.

Acho que nada melhor do que o próprio tempo para dizer quem está certo ou quem está errado.

Apenas quero reafirmar ao líder do PRN de que hoje nós estamos vivendo também no Governo Federal onde V.Exa. tem participação.

Estou torcendo e vou fazer força para que o seu Governo Federal atenda às aspirações do povo como o povo está esperando. Mas nós vamos dar tempo ao tempo, porque

eu espero que corra tudo bem. Mas um dia direi a V.Exa. como é difícil ser governante e V.Exa. sabe muito bem disso porque V.Exa. também participou do Governo do Estado e V.Exa. sabe das dificuldades que existem em governar.

O SR. FERRARI JÚNIOR - (Pela Ordem) Acon-

tece que o Presidente Fernando Collor está com um índice de popularidade muito grande, inclusive entre os Professores. Agora, o Professor Álvaro Dias, o Líder do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato está com IBOPE zero junto ao povo do Paraná e, quem sabe, de grande parte do Brasil.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Grande Expediente. Passa-se ao Horário das Lideranças.

Antes porém, a Mesa vai responder ao discurso do Deputado Ezequias Losso no que se refere à fusão e desdobramento de órgãos do Governo do Estado.

Tão logo o Governo do Estado noticiou fusões e incorporações e extinções de órgãos do Governo, a Mesa mandou proceder a um estudo sobre o assunto e chegou a seguinte conclusão:

"Conforme noticiário dos jornais, em anexo, o Poder Executivo estaria procedendo a uma fusão de fato de companhias públicas, sem anuência da Assembleia Legislativa.

O artigo 27 - item XVIII da Constituição Estadual diz: "Somente por Lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedades de economia mistas, autarquias e fundações públicas."

O item XIX do mesmo artigo, diz que "igualmente depende de Lei: transformação, fusão, cisão, incorporação, extinção e privatização das entidades mencionadas."

Ao proceder a ato dessa espécie, o Secretário de Estado está incurso em crime de responsabilidade conforme o artigo 90 da mesma Constituição.

Os Senhores Deputados não tenham a menor dúvida que a Mesa procederá com rigor tão logo se efetivem uma dessas notícias que o sendo propalada de fusão, incorporação extinção e privatização de empresas públicas."

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Pela Ordem) - Quero mandar o meu reconhecimento ao brilhante trabalho de V.Exa na Presidência do Poder Legislativo na fiscalização dos atos que interessam à coletividade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Obrigado.

Horário das Lideranças, PFL com a palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Bazílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Inicialmente, gostaria de registrar nos Anais da Casa com satisfação, a eleição que se deu ontem por parte dos membros do Diretório Regional do Partido da Frente Liberal com a eleição de Augusto de Oliveira Carneiro para Presidente do nosso Diretório, substituindo o Deputado Federal e Ministro da Saúde Alcení Guerra. E também sobre as eleições de Otávio Cesário Pereira Júnior, 1º vice; Reinhold Stephanes, 2º vice-Presidente; e para Tesoureiro; Fernando Fontana, e 1º Secretário o Senhor Sérgio Silveira da Mota, além dos Suplentes, Vereador Marcos Isfer, representando os Vereadores do Paraná e do Dr. Stefano Ulandovski, representando as zonais de Curitiba.

Sendo assim, o Partido da Frente Liberal, do Paraná a partir então de ontem, já tem constituída a sua Comissão Diretiva do Partido, no momento em que se inicia as discussões, as negociações, os entendimentos com vistas à futura convenção da nossa agremiação, quanto à sucessão estadual.

Queria fazer, Senhor Presidente e Senhores Deputados, um apelo às lideranças de bancadas nesta Casa. Ouvi, numa sessão recente, o ilustre Deputado Caíto Quintana fazendo referência às instalações contínuas designadas pela Mesa, de Comissão Geral, substituindo os trabalhos das Comissões Técnicas, que devem, regimentalmente, oferecer pareceres para os Senhores Deputados em Plenário.

É evidente que é muito difícil para os Senhores Deputados votarem e discutirem até em Plenário as matérias que vêm a ele, sem os pareceres devidos por parte das Comissões Técnicas.

E o que nos assusta é que todas as matérias ou quase todas as proposições constantes da Ordem do Dia, já de algumas sessões para cá, constam os pareceres através das Comissões Gerais. O que é?

Transforma-se o Plenário numa grande Comissão, onde apenas um Relator diz se o projeto é constitucional, se ele é legal, se convém ao Estado sob o aspecto econômico, social, financeiro e etc.

Portanto nós que temos aqui na Ordem do Dia de hoje, onze matérias que se referem à criação de novos municípios, sendo que nós sabemos que mais de 50 projetos de criação de municípios passam por esta Casa e agora, com a publicação na imprensa de uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, dizendo que somente haverá eleições municipais, nos municípios criados até 15 de junho de 1989.

Assim sendo Senhor Presidente e Senhores Deputados, não há como e porque de que esses projetos todos não sejam retirados e ordenados até para que todos sejam passa-

dos ou encaminhados à C.C.J., Comissão de Constituição e Justiça da Casa, portanto se nós sabemos, a partir de agora, que as eleições dos municípios votados a partir de 15 de junho de 1989, não haverá eleição em seus respectivos municípios, não é preciso que atabalhoadamente se votem esses projetos. E da mesma forma que não é recomendável que esta Assembléia continue a se reunir e a votar com pareceres aqui proferidos, através da constituição de Comissão Geral e pior que isso, não tem a Presidência da Casa e a Mesa, outra alternativa senão assim agir, designando e transformando o Plenário em Comissão Geral senão os projetos param e não são apreciados.

Portanto Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, por isso eu venho formular um apelo às lideranças de bancadas, especialmente as mais numerosas para que se entendam, conversem juntamente com a Mesa e que urgencie o mais rápido possível a constituição das Comissões Técnicas e pelo menos que não se vote mais sem que elas considerem, apreciem e estudem os projetos. Não é mais possível. E quero dizer ao Deputado Caíto Quintana, Deputado, ex-Líder, que é muito modesto quando ele se refere à Mesa reclamando que os projetos não passaram pelas Comissões Técnicas, porque somente depende das lideranças de bancadas nesta Casa, especialmente as mais numerosas, para se entenderem, para pôr fim nessa coisa de Comissão Geral e fatalmente inconveniente para esse Poder, enfraquecendo a cada vez.

Para concluir Senhor Presidente, quero dizer que não autorizado pela Liderança e não falo em nome da Liderança, mas dos contatos que tenho feito junto com os integrantes da nossa Bancada do PFL, estamos acompanhando as reivindicações dos Funcionários Públicos do Estado, da mesma forma que os integrantes do Magistério do Paraná, de perto, estudando com responsabilidade o assunto e a matéria, porque sabemos que nunca na história, nos últimos 20 anos pelo menos que estou aqui, nunca vi tão aviltado, tão baixo os vencimentos de um salário dos Senhores Professores. É uma oportunidade agora para o Poder Legislativo, repito, até das lideranças, não só da bancada que não é majoritária nesta Casa, do PMDB, para sensibilizar para conversar e se aproximar do senhor Governador, pedindo para que ele estude, tenho certeza que está estudando, para oferecer ao Magistério um tratamento especial que dê a esse segmento funcional, à educação, ao ensino do Paraná o maior salário possível ao Estado.

Não é mais possível nós assistirmos ao Estado permanentemente em greve, anualmente todos os anos, duas, três greves, e o motivo principal é a remuneração baixa dos

seus integrantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa reitera às lideranças a indicação para a composição das comissões. Bancada do PMDB 19 Deputados, PSDB 11, PFL 05, PDT 05, PRN 05, PTB 04, PL 02, PDC, 01, PDS 01, PT 01.

Comissão de Justiça deve ser composta da seguinte forma: 05 membros para o PMDB, 03 para o PSDB, 01 membro para o PFL, 01 para o PDT, 01 para o PRN, 01 PTB e 01 PL; as demais comissões 07 membros: 02 para o PMDB, 01 para o PSDB, 01 para o PFL, 01 PDT, 01 PRN e 01 PTB.

Comissões de 05 membros: PMDB 02, PSDB 01, PFL 01, PDT 01, PRN 01, PTB 01.

A Mesa vai encaminhar a todas as lideranças dos Senhores Deputados ao estudo que mandou proceder e espera confirmação em três dias, três sessões.

PDS com a palavra.

(Declina).

PDC com a palavra.

(Declina).

PTB com a palavra.

(Declina)

PT com a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Servidores Públicos, demais visitantes e integrantes da nossa Sessão Legislativa desta segunda-feira.

Hoje nós temos uma pauta farta, à nossa pauta temos uma matéria esperada, muito questionada neste Parlamento, matéria esta que sempre recebeu a devida atenção neste Parlamento. Matéria que trata da política salarial dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, componentes dos três Poderes, do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário. E a bem da verdade, e para que a história seja sempre lembrada é que quero relembrar aqui posição defendida por esse Parlamentar no mês de janeiro passado. Janeiro passado quando pela primeira vez em três anos e meio de Governo, o Governador Álvaro Dias enviou a este Parlamento um projeto, uma Mensagem estabelecendo política salarial. Naquela época, há quatro meses atrás me pronunciei neste Parlamento contrário à proposta que foi aprovada por Sua Excelência, o Senhor Governador e pelas Bancadas Governistas neste Parlamento. Fui contra e apresentei aqui defesa em dois pontos fundamentais. Primeiro, defendi aqui o não parcelamento do pagamento do IPC dos meses janeiro, fevereiro, março e por consequência os demais, o IPC integral mês a mês, e defendi aqui também o pagamento quinzenal porque naquele momento, nós estávamos vivendo uma

inflação de 70, 60, 80% segundo dados oficiais. Então eram justas essas duas posturas que nós defendemos naquele momento, e que deveríamos condená-las porque nós estaríamos deflacionando, nós estaríamos institucionalizando o arrocho para nossos Servidores Públicos. E lembro muito bem, e retomo essa discussão que naquele momento esse Parlamentar alertava os demais de que Vossa Excelência o Governador estaria armando uma tramóia contra os Servidores, porque ele estava parcelando janeiro, fevereiro, e que a partir de março possivelmente haveria um congelamento, ele negaria tudo e de hora em diante, o passado ficaria esquecido. Foi isso que falei, e é isso que relembro neste momento. ler o que está escrito nessas Mensagens que estão na Ordem do Dia em primeira discussão. Aí está a profecia, está materializada, está, aí. E agora o que o Governador propõe? O Governador propõe agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados o pior para o funcionalismo, escolhe o pior. A lei aprovada em janeiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não era boa para os Servidores porque ela parcelava, ia pagar em 91 a metade do IPC de janeiro, agora essa que aqui está, Sr. Presidente, Srs. Deputados é pior. É pior porque. Porque esta aqui está negando o IPC integral de março que foi de 84%, e ele está se afinando ao Governo Federal, escolhendo o pior para o funcionalismo, está dando as diferenças que ficou para traz de janeiro e fevereiro e negando o IPC de 84% de março. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, espero que a luz da Justiça ilumine todos os Líderes, e os Deputados, ilumine a consciência dos representantes dos Servidores Públicos que amanhã de manhã tentaram negociar uma saída. A saída possível, e a saída justa para o nosso futuro e para o futuro do Funcionalismo do nosso Estado. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados esperamos que esse Parlamento não continue surdo e mudo às aspirações dos Servidores e dizendo amém à vontade palaciana.

Esperamos que de agora em diante esse Parlamento assuma a sua prerrogativa. A prerrogativa de Justiça, e a prerrogativa de igualdade; a prerrogativa à que é possível neste momento. Isto será resolvido amanhã através de discussão entre os nossos Servidores, através dos seus representantes, com os líderes e Deputados que se farão presentes a esta discussão, amanhã de manhã.

Espero que esse Parlamento se dignifique, não abrindo mão dessa prerrogativa, que é a de estabelecer uma política, de agora em diante, de recuperação do salário, do vencimento dos nossos Servidores Públicos do nosso Estado.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputa-

dos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o jovem Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente e Srs. Deputados, jornalistas, amigos que nos visitam, Funcionários Públicos, Professores.

Gostaria de relembrar juntamente com os nobres Pares, algumas propostas defendidas por nós, aqui mesmo desta tribuna, no ano passado, e que os olhos de alguns Deputados parecia demagogia.

Aliás, tudo o que uma Oposição, não Oposição festiva, mas uma Oposição séria, uma Oposição responsável, porque todo o democrata precisa aceitar a Oposição correta, séria e responsável: projeto de fundamental importância apresentados nesta casa, ou não tiveram até o presente momento o encaminhamento que os Funcionários Públicos queriam, ou foram derrotados.

Nós recordamos aqui, uma proposta defendida com muita veemência por nós, e, que perdeu apenas por dois votos nesta Assembléia. Projeto de nossa autoria que deixava caracterizado e selado o reajuste mensal, para o funcionalismo público do Paraná.

Sim, por apenas dois votos não tivemos esta proposta aprovada. Tentamos regulamentar um dispositivo da Constituição Estadual, e, eu como Presidente, naquela oportunidade na Comissão de Educação respeitando tão somente o dispositivo constitucional, que dizia que o funcionário, que o salário do Funcionalismo Público do Paraná deveria ser pago até o último dia do mês de vencendo, apresentei uma proposta de preterização do salário daqueles que lhe dão a sustentação necessária; porque sem o Funcionário Público, o governo não faria nada.

Sem a nossa professora do primário, nós não estaríamos aqui.

Sem os nossos professores do 2º grau, e eu sei que aqui todos têm o 2º grau, talvez, não estivéssemos nesta posição.

Porque é lamentável Sr. Presidente, Srs. Deputados, percorrer este Interior, e me deparar como me deparei, diversas vezes, com professoras, chorando lágrimas de sangue pela falta de sensibilidade de um governante, antes de ser Governador, fazia serenata e prestigiava, acompanhava os Professores do Estado do Paraná. Hoje, este Professor se cala, não sei nem se ministrou aula, acompanhado pelos seus assessores, não ouve ninguém, não ouve a voz e este povo, Sr. Presidente, está aqui, é o povo que gostaria de estar nas salas de aula. Já passam mais de trinta dias e essa

gente não tem uma solução para o seu problema.

Dias atrás, andando na minha cidade, deparei-me com uma velhinha e ela me perguntou: "Lindolfo Júnior, você sabe quem sou eu?" Todo o político sempre diz que conhece. Eu disse que não me lembrava daquela Senhora, então, ela me disse: "Lindolfo, eu fui sua professora do primário." Uma mulher aposentada com um salário de miséria, uma Professora que costura para poder sustentar, ainda, a sua filha mais jovem, para poder sustentar a sua casa.

Eu espero que haja o bom senso desta Assembléia Legislativa e que nós ao lado do Deputado Ferrari Júnior, que apresentou uma proposta no final do ano passado quando ainda pertencia à Bancada do PMDB, contra tudo e contra todos, contra o seu próprio Governador, olhou para o Funcionalismo do Estado do Paraná. E essa proposta, Sr. Presidente, não passou por apenas um voto e acho até que, o Deputado Dirceu Manfrinato falou há pouco, se se tivesse votado teríamos maiores garantias para os Servidores Públicos, que são o sustentáculo da administração do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

Antes de tudo, para que não transpareçam colocações de notas de imprensa como verdadeiras, o que, aliás, o Paraná talvez tenha pago um preço muito caro por guerras de assessoria na imprensa estadual e nacional, eu quero corrigir a colocação feita anteriormente pelo Deputado Ferrari Júnior quanto às declarações prestadas em jornal paulista feitas pelo Presidente da APEOP, porque, procurado por ele pela manhã, informava o Dr. José Alberto que, em momento algum, foi entrevistado por quem quer que seja, para as declarações publicadas em jornais paulistas. De sorte que a afirmação não é verdadeira. Informava-me, agora à tarde, o Presidente da APEOP que nos próprios jornais do Paraná amanhã haverá o esclarecimento da sua posição, visto não ter tais declarações.

Em segundo lugar, a questão de fusão de reforma administrativa por parte do Executivo, há um estudo que está sendo elaborado de reforma administrativa no Estado. Evidentemente, quando se faz um estudo de reforma administrativa a imprensa, como costumeira, acompanha os estudos que estão sendo feitos, mas efetivamente, até o presente instante nenhuma Empresa do Pa-

raná foi fundida; nenhuma Secretaria, nenhum órgão liquidado, porque isso, evidentemente, dependerá para sua concretização de Mensagem enviada a este Poder e, só após a aprovação por parte desta Assembléia, irá se consolidar a Reforma Administrativa que se pretende fazer no Governo do Estado do Paraná como forma de redução de suas despesas para fazer frente à crise que atravessa o Poder Público neste instante.

O SR. PAULO FURIATTI - Concede-me um aparte Deputado?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Na seqüência, nobre Deputado.

Ouvi inclusive do Sr. Governador, uma colocação feita por ocasião de reunião na sexta-feira, no Palácio Iguazu, com representantes de todos os segmentos da sociedade paranaense, empresários, trabalhadores. Presentes naquela reunião a CUT, a CGT, presentes naquela reunião, a Associação da Indústria, do Comércio, Conselho de Livre Iniciativa, Associação de Hospitais, todas as entidades, quando, de viva voz, o Governador, no que diz respeito ao BADEP, disse que está empenhado definitivamente para que se consiga sanar o BADEP, colocá-lo de pé, nas suas próprias palavras, dando a ele um prazo até final de junho ou mês de julho, para que aquela instituição possa ter recuperação e havendo essa recuperação, permanecer como um banco de fomento em separado.

Não havendo a possibilidade dessa recuperação, passará a ser dirigido pelo Banco do Estado do Paraná, no entanto mantendo a sua carteira de banco de Fomento à Produção.

Srs. Parlamentares, a Assembléia passa a viver um momento de grande importância. Afinal discutem-se salários, discutem-se poder de compra, defasagem de salário de seus trabalhadores públicos. Há uma preocupação muito grande a esse respeito. Não cabe aqui o puro e simples pronunciamento, sem análise mais profunda, das condições que se possam alcançar para um objetivo do Estado que é nosso e do Servidor que é parte integrante desse Estado na sua própria máquina.

Nós queremos continuar discutindo. Nós estamos abertos à busca da solução. Nós queremos encontrar a saída que possa fazer com que o Paraná seja mais justo.

O Servidor do Paraná não tenha a queda salarial que se imputa sobre toda a sociedade brasileira, quer Servidores Públicos, quer trabalhadores da iniciativa privada.

O discurso, Sr. Presidente, não pode ser o discurso da platéia. Não pode ser o discurso, com o devido respeito, do Deputado Ferrari Júnior, acusando o Governo do

Estado, defendendo o Servidor Público, quando a política salarial imbutida neste País, ignorando 80% de inflação para o Servidor do Serviço Público e para o trabalhador da iniciativa privada, é a política do Governo Federal, que é do seu partido.

Não estou defendendo acho que sob hipótese alguma o trabalhador poderá ignorar. Eu li nos jornais o aumento do aluguel em 41% e esse aumento o trabalhador terá que pagar do seu salário, mas foi dito que a inflação do mês de março, foi inflação zero.

Não se pode jogar dessa forma, eu continuo...

O SR. PAULO FURIATTI - Deputado, concede-me uma aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Furiatti, o meu tempo é muito limitado.

Continuo à disposição e gostaria de dizer aqui à Comissão de Negociação da APP, encerrada esta reunião, aonde hoje votar-se-á apenas a constitucionalidade do Projeto, emendas se votarão amanhã.

Gostaria de ter um contato, um diálogo, uma busca de saída com a Comissão de negociação dos Professores. Estaremos no gabinete procurando um entendimento, um diálogo, uma proposta para podermos chegar a um ponto que possa levar a uma solução de impasse, porque todos nós queremos a saída, todos nós queremos encontrar a saída, no entanto, haverá de ser no clima de análise, de estudos de propostas, sem hostilidade, sem agressão gratuita momentânea, de cabeça fria, na busca daquilo que nós pretendemos que nós deveremos achar uma solução a esse fato.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados, desculpe Deputado Furiatti, mas não tive tempo para lhe ceder o aparte.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o nobre Deputado Caíto Quintana, na Liderança do Governo, sempre mereceu o respeito dos Deputados de Oposição pela forma cortez, fidalga e ponderada com que se dirige e com que concorre para a solução dos problemas do Estado.

Sua Excelência, na Sessão da semana passada, me dizia duvidar de contracheque de valores inferiores ao salário mínimo.

No sentido de contribuir com Sua Excelência para que leve ao Senhor Governador a documentação necessária, eu entrego a Sua Excelência aqui o contracheques de uma professora com onze anos de serviço, quarenta e dois alunos, habilitada em Pedagogia, que atua da primeira à quarta série e percebe o integral de dois mil, setecentos e oitenta e dois cruzeiros e dois centa-

vos.

Este contracheque, Senhor Deputado Caíto Quintana, que na nossa conversa informal da última semana nós duvidávamos existir, existe, está aqui e é amostra de uma série de outros que também poderá o Governo, instado por Vossa Excelência, conferir.

Era isto, Senhor Presidente.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB com a palavra.

Declina.

PDT com a palavra. Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Servidores Públicos do nosso querido Estado do Paraná.

Nós recebemos uma comunicação do Deputado Tadeu França, Presidente do nosso Partido, o PDT, no Estado do Paraná, trazendo uma comunicação que o Sindicato dos Professores também tem em seu poder. Mas, para demonstrar a todos os companheiros, todos os Deputados que o PDT nunca se esquivou em votar contra o Funcionalismo Público do Estado do Paraná é que nós gostaríamos de trazer a esta tribuna o que disse o Deputado Tadeu França, Presidente do PDT. (Lê):

"Professores financiam Álvaro, com vários de seus Líderes, trazendo ainda em seus corpos as marcas das cicatrizes provocadas por patas de cavalos e bombas despejadas contra eles ao término da última e justa greve realizada, os professores do Paraná recorreram de novo a paralização de suas atividades.

Em pouco mais de três anos de Governo, Dias humilhou e proletarizou o Magistério do Paraná, desrespeitando o piso profissional de três salários mínimos deixados pelo Governador Richa, o atual mandante do Palácio Iguazu reduziu a 1.048 o piso salarial do Magistério paranaense. A luta dos professores do Paraná, ao clamarem por Estatuto próprio, salário mínimo profissional do DIEESE, já é a reação angustiante dos educadores de um Estado, cujos vencimentos são hoje inferiores aos dos motoristas e cobradores de ônibus de Curitiba. Ao se lhes subtraírem quase dois salários mínimos do piso profissional, Álvaro Dias transformou os Professores em vítimas compulsórias do financiamento de suas milionárias campanhas publicitárias, de promoção pessoal em todo o país.

Dias recebeu o Governo com sobras de caixa, sucateou os salários dos trabalhadores que prestam serviços ao Estado e, gerando colapso que custou 535 milhões de

cruzados em empréstimos bancários em 89, absorveu em publicidade os salários negados aos trabalhadores mal remunerados da máquina estatal.

Se já tivessem apedrejado o próprio Palácio Iguazu, os Professores não teriam feito nada em demasia, ante a afronta e cotidiana humilhação com que são tratados pelo Governador Álvaro Dias".

Esse foi o pronunciamento do presidente do PDT na Câmara Federal, há poucos dias.

Mas ainda, Deputado Furiati, só me dê um tempinho para que eu possa falar alguma coisa aos professores que aqui estão presentes. Nós não esperamos que os professores viessem ao nosso encontro.

Nós fomos na nossa região na última sexta-feira à noite e nos reunimos com representantes de professores de 6 municípios e trago hoje um documento que diz o seguinte: "Nós professores da rede estadual de ensino, dos Municípios de Bandeirantes, Itambaracá, Andirá, Santa Amélia, Santa Mariana e Abatiá, em reunião realizada no dia 20 de abril, sexta-feira, do corrente ano, vimos solicitar aos Senhores Deputados Estaduais que intercedam junto ao Governo do Estado no atendimento das reivindicações da categoria".

Isto está assinado por 183 professores.

E eu gostaria, Senhor Presidente de, neste momento, requerer a Vossa Excelência, que encaminhasse esse documento a todos os Deputados Estaduais que representam o povo do Paraná aqui na Assembléia Legislativa.

Concedo o aparte do Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti - Deputado Valderi Vilela, saiu na "Folha de São Paulo", a matéria que o Deputado Caíto falou a respeito de que o Governador Álvaro Dias anunciou que o Governo construiu 2.400 km nos últimos três anos; e o José Alberto Ribeiro, Presidente da Associação dos Empreiteiros, afirmou que 70% dessas obras já estavam prontas no governo anterior.

É importante esclarecer o seguinte: tenha ou não tenha sido desmentida a afirmação do Presidente da Associação dos Empreiteiros, eu gostaria de saber do Deputado Caíto Quintana se ele nega a veracidade da informação, se isso é verdade ou mentira, porque se o Presidente não falou, mas isto é verdade, permanece a informação de que 70% das obras inauguradas teriam sido inauguradas no Governo anterior.

A outra questão, Deputado Caíto, nos parece que nós compreendemos perfeitamente a posição do Líder Caíto Quintana, porque realmente é uma posição de "mandraque".

É difícil esclarecer toda essa situa-

ção salarial porque passam os professores, e é claro compete ao líder da bancada vir a esta Casa e tentar de alguma forma encaminhar as suas explicações, mas aos fatos é que nós temos de nos ater, o fato da penúria salarial em que se encontram a categoria dos professores e dos funcionários públicos; e o fato é de que o que importa neste instante é a resolução efetiva desse problema, não é o confronto, não é a informação no jornal descaracterizada, não é a tentativa de justificar que está bom o salário se todo mundo que está presente aqui sabe que não está bom, e também declarações como está aqui na "Folha de São Paulo", em relação à publicidade, em que o Governador diz: "Todo o Governo do planeta faz propaganda".

Nós gastamos muito pouco, menos do que os professores do Paraná, que publicam em dois jornais locais material sobre a categoria com o custo de duzentos e sessenta mil cruzeiros.

Ora, dizer que o Governo do Estado gasta em publicidade mais do que os Professores do Paraná que publicam menos do que isto, menos que duzentos e sessenta mil cruzeiros, nós estamos entendendo, Deputado Valderi Vilela, que esta situação não pode perdurar em nosso Estado. Há necessidade de encontrarmos soluções objetivas, concretas e não usarmos de sofismas.

Para concluir, a resolução desta situação é a reposição salarial e aumento dos funcionários, para que possamos definitivamente, não apenas retirar a individualidade do Professor do impasse, mas resolvermos o problema da educação e da máquina pública no Estado do Paraná.

Ea isto, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Apenas para encerrar, Senhor Presidente, o Deputado Caíto Quintana disse que está à procura de uma solução.

Deputado Caíto Quintana, nós Deputados das Lideranças dos partidos, o convidamos para uma reunião amanhã, na sala de comissões, junto com o Sindicato dos Professores do Paraná, às 09:30 horas, para ver se chegamos à solução do impasse.

Nós agradecemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ferrari Júnior, último orador inscrito.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Reporto-me ao Deputado Dirceu Manfrinato, falando em nome do PMDB, recordando o pronunciamento que fiz desta mesma tribuna no Pequeno Expediente.

Disse o Deputado entre outras coisas, que tive atitudes aqui contra os professores no passado, quando pertencia à bancada do PMDB.

Eu realmente pertencia à Bancada do PMDB, Deputado Dirceu Manfrinato, onde tenho inclusive, ilustres amigos, contudo deixei esta mesma bancada porque estávamos sendo forçados pelo Governador do Estado, Professor Álvaro Dias, a votar contra professor, contra o funcionário público, contra o povo do Paraná. E eu não nasci para ter uma formiga no nariz para ser puxada pelo dono para lá e para cá. Para quem não sabe, a formiga é uma argola que o boi usa nas narinas para ser puxado pelo seu dono. Nunca usei formiga e não terei de usá-la.

Fiz uma emenda dentro do PMDB, como Deputado do PMDB, os professores hão de lembrar-se dela, que dava aos professores um salário digno. A emenda foi aprovada aqui, o Governador vetou. Fomos para o voto. Perdemos por um único voto, Deputado Dirceu Manfrinato. E se Vossa Excelência tivesse votado conosco, não teríamos perdido. E eu era do PMDB.

O SR. Dirceu Manfrinato - Inscrevo-me num aparte.

O SR. FERRARI JÚNIOR - O Deputado Lindolfo Júnior que também usou desta tribuna, ilustre representante de minha cidade, Maringá, pediu um reajuste mensal e betenização, se não fosse pago até o último dia, diante daquela inflação maluca que vivíamos.

A bancada do PMDB e Vossa Excelência, e Vossa Excelência votou contra.

A matéria caiu. Do Deputado David Chierigate, do PRN, uma emenda pedindo o IPC integral de janeiro, onde o Governo mandava pagar 25% do IPC. A Emenda do Deputado David caiu, porque o PMDB era um rolo compressor nesta Casa. Hoje, os professores, os funcionários públicos, o povo do Paraná, não precisam mais pedir bênçãos ao PMDB. Temos maioria para aprovar as matérias de interesse do povo do Paraná! (Aplausos das galerias)

O SR. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR - Quando falo que o Governo precisa dar um reajuste ao professor...

O SR. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR - Se houver tempo, com muito prazer.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência é democrático. Tenho certeza que...

O SR. FERRARI JÚNIOR - Vossa Excelência está tomando meu tempo também...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Não, não estou tomando.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Refiro-me, quando falo que precisamos votar o reajuste dos professores e dos funcionários públicos, não precisa dar nada, só dar o reajuste de janeiro, fevereiro e março. É questão de lógica, porque o Governo do Professor Álvaro Dias cobra todo mês um aumento baseado na inflação nas empresas do Governo.

Cito, por exemplo, a SANEPAR. Em janeiro, tivemos uma inflação alta. Muito bem. A SANEPAR aumentou seu serviço de água e esgoto em 67%. Cobriu a inflação. Os funcionários públicos do Paraná não tiveram um tostão de aumento. Em fevereiro a SANEPAR, empresa do professor Álvaro Dias, teve um aumento, cobrou do povo um aumento de 79% em função da inflação que estava acontecendo, os nossos professores, os nossos funcionários públicos, receberam um reajuste miserável de 11%. 11% para funcionário, 79% para o Governo. Em março o Governo pretende dar, para fechar janeiro e fevereiro, 60%, com 50% mais 11% arredondando, teríamos 110%, 120%, aproximadamente. Diante de uma inflação altíssima, as taxas do Governo foram cobradas à razão de 225%, mas dá para os seus funcionários, 120%.

Então, o que nós queremos, Deputado Dirceu Manfrinato, que Vossa Excelência diz que vota a favor dos professores, prove isto amanhã, nas Emendas; nós vamos apresentar uma Emenda das Oposições... zerando a inflação de janeiro, fevereiro e março.

Então, o que nós queremos, os 60% que o Governador mandou a esta Casa, vamos aprovar e vamos emendar mais 84%, referente à inflação de março. Não estamos prestando nenhum favor a ninguém.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR - Lógico, com muito prazer.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Muito obrigado, ilustre Deputado.

Eu gostaria de lembrar Vossa Excelência quando fala das tarifas da SANEPAR e o aumento dos salários. Eu não estou contra a questão do aumento dos salários dos professores.

O que não podemos aqui, Deputado, é

criar situações com relação às emendas - que na verdade é inconstitucional, será vetado e poderá criar um problema inclusive na folha de pagamento que deverá estar pronta nesse reajuste de 60,61%.

Agora, vou fazer um comparativo a Vossa Excelência.

Vossa Excelência coloca a questão da SANEPAR, mas o Governo que Vossa Excelência apoiou, que é o Governo Federal, também deu um reajuste recentemente nos aluguéis, e quando zerou a inflação, não deu nenhum aumento aos funcionários públicos do nosso País.

Então Vossa Excelência tem que analisar essa questão, e quando aqui ainda está vindo uma mensagem, de 60.61%. Lá se zerou, não se deu nada e está havendo um aumento dos aluguéis. Agora, é Governo que Vossa Excelência também deu sustentação.

Então, vamos aguardar que Vossa Excelência, Deputado - tenho muito respeito por Vossa Excelência, é um Deputado que tem uma dignidade muito grande pelas suas posições aqui na Casa, o conheço já por dois mandatos que convivemos aqui dentro -, mas Vossa Excelência há de convir que nós estamos vivendo uma crise sem precedentes, esta crise não é só no Paraná, esta crise envolve uma questão nacional, e Vossa Excelência pode estar certo, Deputado, não que eu queira que isto aconteça, mas vamos viver momentos mais difíceis ainda, com a grande recessão que está vindo neste País.

Então, vamos torcer e acho que é o momento da classe política, da classe trabalhadora, procurar realmente o caminho certo, procurar uma luz no túnel, para que nós possamos salvar esta situação, porque não é só do professor, essa situação é de todos nós. Vossa Excelência tem filhos, eu também tenho filho.

Deputado, eu quero afirmar a Vossa Excelência que estas vaias não me preocupam. Quando assumi a minha candidatura de Deputado, eu assumi sabendo da responsabilidade que tinha pela frente, não vivo só de glórias da vida pública, não. O homem público é aquele que atende vinte e quatro horas por dia e depois ainda às vezes recebe este pagamento como gratidão de que sou um Deputado do PMDB e que estou participando das negociações dos professores. Mas não me preocupo com essas vaias. As vaias quem dirá, será exatamente o povo no dia 03 de outubro de 1990.

Muito obrigado pelas considerações de Vossa Excelência.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Deputado Dirceu Manfrinato, vamos fazer o seguinte: nós dois nos respeitamos mutuamente, é uma verdade. Então, quando o meu Governo, que eu represento, o PRN, o Governo Collet or-

rar, eu venho aqui e fico contra ele e meto o pau nele; quando o Álvaro Dias errar o senhor mete o pau nele e vota contra ele. Então, vote com as emendas favoráveis aos professores e aos funcionários públicos do Paraná...

Não estou aqui para defender o Governo Federal. Estou aqui para defender o povo do Estado do Paraná. Não tenho que estar defendendo o Governo Federal, nem Vossa Excelência tem que perder tempo com o Governador Álvaro Dias, porque ele vai acabar deixando Vossa Excelência no desvio. Ele que acerte a situação dos professores.

E para concluir, Sr. Presidente, se o Sr. Secretário da Fazenda não fosse político e era candidato a Governador até ontem, fosse um técnico no setor, este Estado estaria arrecadando o suficiente. É que ele ficou fazendo média na Secretaria, e se não arrecadou, é culpa do Governo. Não é culpa dos professores, e muito menos dos funcionários públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de passarmos à Ordem do Dia, a Mesa quer informar ao Deputado Caíto Quintana que as informações que tem recebido, inclusive com recortes de jornais, é que alguns Secretários estão exorbitando das funções de sua Secretaria, já proporcionando condições e designando funcionários para consórcio de várias entidades do Estado. Algumas organizações do Estado já estão com um dirigente só.

E transmito a Vossa Excelência a apreensão da Mesa para estes fatos, e nós já conversamos a respeito, Vossa Excelência há de convir que há exorbitância nos atos de alguns Secretários. E a Mesa vai tomar as providências necessárias, se esses fatos se repetirem. Eu confio na liderança de Vossa Excelência.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Srs. Deputados Rafael Greca, Paulo Furiatti, Namir Piacentini e Algaci Túlio, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, como Líder do PDT, nesta Casa de Leis. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Mário Pereira e Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 3 (três) de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Esses projetos são de pedido de apoio ou são requerimentos?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - São Projetos. Projetos de apoio. Requerimentos são com maioria.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 150/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria o Município de IMBAÚ, desmembrado do Município de Telêmaco Borba. Aprovado. (Public. no D.A. 55, de 20.06.89).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 22/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que altera a redação da Resolução nº 52 de 21 de novembro de 1989, conforme especifica. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 8º da Resolução nº 52/89 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º - Os atuais ocupantes do cargo de Taquígrafo "A" e "B" ficam classificados nos cargos de Taquígrafo Revisor "A", com nível Universitário e Taquígrafo "B".

Parágrafo Único - Aos ocupantes dos cargos de Taquígrafo Revisor "A" e Taquígrafo "B" fica atribuída a gratificação de verba de representação respectivamente no percentual de 80% (oitenta por cento), e 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento básico".

Art. 2º - O quadro do Grupo Ocupacional Técnico Legislativo do Anexo I da Resolução nº 52/89 passa a vigorar com a seguinte estrutura:

ANEXO I

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO LEGISLATIVO

Secretário de Comissão	SC-1	25	Curso de 2º Grau
Taquígrafo Revisor "A"	TQ-2	10	Curso de Taquigrafia com nível Universitário
Taquígrafo "B"	TQ-1	10	Curso de Taquigrafia

Art. 3º - O Cargo em Comissão de Procurador-Geral deste Poder, previsto no § 2º do artigo 243 da Constituição Estadual, será remunerado com vencimentos iguais aos do Procurador Geral do Estado.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1990.

Sala das Sessões, em
Presidente

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 34/90 e para os Projetos de Lei nºs 232/90, 234/90, 235/90 e 233/90. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, são os projetos de reajustes?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - São os projetos de aumento.

Srs. Deputados que aprovam conservam-se como estão. Aprovado.

Requerimentos em nº de 2 (dois) de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constantes do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei nºs 392/89 e 216/90. Aprovados.

Requerimentos em nº de 2 (dois) de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constantes do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 105/90 e 205/89. Aprovados.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, com relação ao Projeto de Lei nº 205/89 de autoria do Deputado David Cheriegate, eu gostaria que V.Exa. marcasse a minha posição contrária ao projeto por considerá-lo inconstitucional. E que evidentemente, este projeto está tirando um pedaço do Município de Ibema sem a concordância do Prefeito Municipal, nem da Câmara Municipal e, muito menos de plebiscito daquele município. O projeto será aprovado, mas que o Sr. Prefeito tomará as providências cabíveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Será devidamente anotado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Também há requerimento de minha autoria pedindo prioridade de votação para o Projeto de Lei nº 216/90 que visa isentar de taxas as pessoas com mais de 65 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Deputado Werner Wanderer é o autor da preferência.

O SR. DAVID CHERIEGATE - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, somente para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Werner Wanderer é o autor da preferência.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - com a palavra, pela ordem.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, somente para esclarecimento dos nobres Pares e para que não fique dúvida aqui neste Plenário, quando o comportamento do Deputado Artagão Mattos Leão é uma posição pessoal dele que nós respeitamos, mas não existe inconstitucionalidade e ninguém está querendo tirar nada de município nenhum neste projeto.

O que nós estamos somente é propondo o restabelecimento de um direito do Município de Catanduvas que lhe foi tirado quando foi criado o Município de Ibema.

Projeto idêntico a este nosso, do Deputado Gernote Kirinus, foi aprovado aqui neste Plenário com relação ao Município de Santa Tereza e de Céu Azul, já sancionado pelo Governador Álvaro Dias.

Portanto, ilustre Presidente, pedimos o apoio dos Senhores Deputados, para que se restabeleça aqui uma injustiça que se cometeu ao município de Catanduvas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o projeto de Resolução nº 31/90. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência na discussão e votação acima aprovados:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 34/90, de autoria da Comissão Executiva, que reajusta em 60,61% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, ativos e inativos, comissionados, bem como dos servidores regidos pela C.L.T., a partir de 1º.04.90. (Publ. no DA. nº 41, de 19.04.90). Aprovado.

O SR. FERARI JÚNIOR - (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Eu requero de Vossa Excelência por uma necessidade premente de um documento, eu requero a Vossa Excelência a verificação de votação dessas maté-

rias de aumento, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa considera que a matéria foi aprovada por unanimidade, e não é necessária a verificação de votação.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 232/90, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que reajusta em 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento), os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas, do Quadro da Procuradoria Geral da Justiça. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 232/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores do Quadro da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, bem como os servidores do Quadro regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, vigentes em março de 1990, ficam, a partir de 01 de abril de 1990, reajustados em 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento).

Art. 2° - Ficam, a partir de 01 de abril de 1990, reajustados mediante o acréscimo de 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento), vigentes em março de 1990.

I - Os valores das gratificações de produtividade e de representação de gabinete;

II - o valor do salário-família, por dependente legal e o valor das Pensões Especiais.

Art. 3° - Mantida a data base de reajuste anual, aos servidores do quadro da Procuradoria Geral da Justiça, inclusive os aposentados e pensionistas, bem como os do Quadro regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, aplicar-se-á a partir de 01 de abril de 1990, a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal.

§ 1° - O índice percentual que vier a ser estabelecido pela União, aplicar-se-á no mês de abril, cumulativamente, ao disposto nos artigos 1° e 2° da presente lei.

§ 2° - O Procurador-Geral de Justiça fica autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o artigo 5° e seus parágrafos, da Lei n° 9.195, de 18 de janeiro de 1990.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 233/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 90/90), que objetiva reajustar, a partir de 01.04.90, em 60,61% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela C.L.T., da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, conforme especifica. (Publ. no DA. n° 41, de 19.04.90. (Mensagem).

Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. tem a palavra para discutir.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados, falo em nome da bancada do PSDB, e venho aqui trazer a posição do partido, sobre o Projeto de Lei n° 233/90, de autoria do Poder Executivo, que objetiva reajustar a partir de 1° de abril de 90, com 60,61%, os níveis dos vencimentos dos cargos em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e os soldos dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela C.L.T., da administração direta e das autarquias do Poder Executivo.

A bancada do PSDB, em primeira discussão vai votar a favor do projeto na medida em que o PSDB vota a favor do projeto, não quer dizer que está a favor dos índices do projeto. Porque na primeira discussão o que entra na apreciação do Plenário é se o projeto é constitucional ou se o projeto não é constitucional.

E no nosso entendimento o projeto é constitucional. Razão porque, como hoje não temos a oportunidade de apresentar emendas, reconhecendo a constitucionalidade do projeto assim o faremos. O mérito, a discussão dos índices, a discussão do direito do piso salarial ao magistério será objeto de entendimento com os demais partidos de oposição, numa reunião que será feita amanhã, às 10 horas, na Sala das Comissões, da qual participarão todos os partidos, inclusive o PMDB.

Entretanto, nos adiantamos em tecer algumas considerações, quanto ao mérito do reajuste salarial do funcionalismo público.

Ouvi comentários de que a lei da política salarial anterior que foi aprovada em janeiro, seria melhor do que a mensagem encaminhada agora pelo Senhor Governador Álvaro Dias.

Na verdade, no primeiro momento, sem um estudo aprofundado se poderia chegar a esta conclusão.

A nossa assessoria técnica, entretanto, num levantamento dos IPC's de janeiro, fevereiro e março, chega à seguinte conclusão: no mês de fevereiro o Governador concedeu um reajuste de 11,78% de acordo com a Lei n° 9.194, artigo 7°, inciso 1°. Este índice 11,78, corresponde a 25% do IPC de janeiro. Sabem qual foi o IPC de janeiro Senhores Deputados? 56,11% e o Governo Álvaro Dias concede um aumento de 11,78%. Fica devendo 44%.

No mês de março, o Governo concedeu um reajuste da ordem de 50,24% e este índice também, de acordo com a Lei n° 9.194, artigo 7°, inciso 2°, parágrafo 1°, cujo IPC de fevereiro foi de 72,78%, mas o Governador Álvaro Dias concedeu um reajuste de 50%. Ficou devendo 22,78% em fevereiro, somados aos 44% de janeiro, já se vão 66%.

Pois bem. Para o mês de março, de acordo com a Lei n° 9.194, o reajuste - prestem bem atenção - de acordo com a lei de janeiro, o reajuste deveria ser de 84,32%, que correspondem ao IPC de março e ao residual de fevereiro de 22,54%. E aqui então estaria o argumento de que a lei anterior seria melhor. Na verdade, aparentemente o é, porque se permanecer a vigência da lei de janeiro, seria de 84,32% o reajuste, enquanto que, pela nova mensagem, a proposta de reajuste é de 60,61%. Esta mensagem de 60,61% zera o IPC dos meses de janeiro e fevereiro. Quita esse débito a que eu me referi anteriormente em relação ao salário dos funcionários. Sera o IPC, repito, de janeiro e de fevereiro.

O IPC de março foi de 84,32%. Como fica este reajuste, esta inflação de março? Vai ficar como a política salarial do Governo Federal que esqueceu de tratar dos 84,32%? E vamos adentrar depois no mês de abril, com a inflação zero? Quem paga esta conta? Como ficam os servidores públicos se adotarmos a orientação do Governo Federal de que o IPC de março deve ser negociado entre as empresas do setor privado e seus trabalhadores, é uma recomendação e uma orientação da política do Governo Federal e os funcionários públicos vão negociar com quem? Sabem os senhores que os funcionários públicos não têm como provocar o dissídio coletivo, não têm como levar essa questão do IPC de março para a Justiça do Trabalho.

Se não há a Justiça do Trabalho e se há a atribuição exclusiva da Assembléia Legislativa em apreciar os aumentos salariais, esta questão do IPC de março tem que estar na mesa dos entendimentos das Lideranças, amanhã, às 10:00 horas nesta Casa. Se é atribuição da Assembléia Legislativa, os Parlamentares não podem dela se cmitir. Se por um lado o Governo Federal manda que se faça negociação direta, se por outro, os funcionários não podem ela-

borar a negociação direta, por duas razões, uma jurídica, de que não é possível se provocar o dissídio na Justiça do Trabalho e uma outra política, porque o patrão dos funcionários públicos se nega categoricamente a abrir a negociação e o maior exemplo está aqui, com as galerias cheias de professores, vindos de todos os recantos do Paraná, testemunhar a inoperância de um patrão que tinha o dever de valorizar as pessoas que contribuem na elaboração dos programas e principalmente, que contribuem com a educação dos filhos dos paranaenses.

Se esse patrão é indócil, se esse patrão fecha as portas do Palácio, que tinha que ser a porta aberta do diálogo. Este diálogo, entendo eu, se transfere para a Assembléia Legislativa, poder do povo, poder dos Deputados, à atribuição constitucional de quem deve apreciar a matéria dos reajustes salariais dos funcionários públicos.

Se assim é, temos também na Ordem do Dia de hoje as mensagens do Tribunal de Contas, da Procuradoria Geral da Justiça e do Tribunal de Justiça.

A Mensagem do Tribunal de Justiça também obedece aos mesmos índices de 60,61%. Entretanto, o Tribunal de Justiça encaminhou a esta Casa, no final de março, uma mensagem propondo um aumento de 196%. Pergunto: Vamos tratar igualmente os iguais, ou vamos tratar desigualmente os iguais? Se a mensagem do Tribunal de Justiça de 196% se encontra na Casa, das duas uma, ou tratamos todos com o aumento de 196%, ou achamos uma outra alternativa, mas que também se aplique a todas as categorias funcionais de todos os poderes e de todas as instituições.

Me preocupa isto Senhor Presidente e Senhores Deputados, não porque o Tribunal de Justiça esteja exorbitando das suas atribuições ao propor um aumento de 196%. Não. Na verdade o que fez o Tribunal de Justiça foi pensar nos seus funcionários públicos, pensar com justiça, pensar com dignidade, porque a proposta do Tribunal de Justiça de 196% está incluído o IPC de março. O Tribunal de Justiça, talvez honrando o seu nome que carrega como símbolo de justiça, está zerando o IPC de março; o Governador Álvaro Dias, cujo Poder Executivo representa, talvez por não ter o nome da Justiça no Poder, se esquece do IPC de março. E a mensagem do Poder Judiciário diz num certo momento quando encaminhou o projeto dos 60%: "Outrossim solicito a Vossa Excelência as providências no sentido de ser deduzido o percentual de que trata a presente proposta, 60,61%, dos 196,03%, objeto de anteprojeto de lei, já encaminhado a esta Casa de Leis em data de 30 de março de 1990".

Então, o Tribunal encaminha a proposta do aumento dos 60%, mas não exclui a proposta anterior do aumento de 196%, apenas pede que seja deduzido esse percentual, que hoje nós iremos votar daquela proposta anterior, e zera o IPC de março.

Ora, Senhores Deputados, Senhor Presidente, como ficará a Assembléia, não adotando uma política salarial equânime, justa? Como ficaram os funcionários públicos? Com que irão negociar o seu IPC de março? Vamos deixar de novo essa luta que eu não diria inglória, uma luta aguerrida dos líderes sindicais, dos funcionários públicos, dos seus doze ou mais sindicatos, encaminhar as reivindicações ao Governador Álvaro Dias? Apesar da aguerrida luta as portas do Palácio são de aço, são de ferro. As portas do coração do Governador são as portas da não existência do diálogo. Vamos deixá-los sozinhos nesta caminhada quando a Assembléia tem o dever constitucional, e eu leio aqui uma frase que bem diz da nossa responsabilidade: "Senhores Deputados vocês são os nossos representantes, atuem". E atuar é a antítese da omissão. E a omissão é um compromisso do Governador Álvaro Dias, que não se pode estender à Assembléia como Poder e como representação digna do povo paranaense, não. Nós não vamos nos omitir, nós vamos atuar. Nós vamos a partir de amanhã nesse grande embate, neste combate de argumentos sólidos mostrar que ainda temos aqui na Assembléia condições, temos o dever de levantar as questões abertamente, e votá-las. Não basta dizer Senhores Parlamentares, eu sou a favor da educação, mas, eu sou a favor do funcionário público. Nós já vimos algumas vezes aqui nesta Casa o comportamento do compromisso não comprometido, porque na hora do voto nós a Oposição, já em janeiro, sentimos o quanto foi frustrante, doloroso, verificar a falta de meia dúzia de votos, ou um voto às vezes para se viabilizar alguma coisa de melhor para a política salarial.

Passam-me aqui uma informação que no segundo dia do plano de estabilização sobre se o plano econômico não iria provocar greves, a Ministra da Economia respondeu: "Não acreditamos que este plano provoque greves, mas sobre elas quero lembrar que toleraremos as greves sobre reposição salarial".

A Ministra Zélia tolera greves. E o Governador Álvaro Dias o que faz? Aliás, o Governador Álvaro Dias firmou uma triste jurisprudência, escreveu uma emenda, como dizem os advogados, elaborou um acórdão, com suas próprias mãos, escreveu com sua caneta um voto, uma jurisprudência em matéria de greve, e para isto não será necessário a erudição da pesquisa para concluir que a jurisprudência do Governador

foi a negação do diálogo. Os cavalos no meio dos professores, as bombas agredindo a educação, e o Governador observava por trás dos vidros do Palácio aquele ato de ignomínia, aquele ato que rasgava o princípio constitucional do direito de greve. Firmou esta jurisprudência, e nela se mantém. Agora não com os cavalos e com as bombas, mas com a omissão, que é tão dolorosa quanto aquela primeira decisão da greve do ano passado.

O Governador Álvaro Dias quando candidato, e, agora me refiro aos professores, quando candidato a Governador, e, antes disso ele era Senador, numa andança pela praça, num encontro com professores grevistas assumiu o compromisso de, eleito Governador restabelecer um piso de dois salários-mínimos e meio.

Havia três salários-mínimos; aliás, esta não é a reivindicação da APP. A APP de três mínimos, agora é salário do DIEESE; pois bem, em janeiro foram apresentadas várias emendas, inclusive do PSDB, do PDT, do PL, do PRN.

Está havendo a reposição integral do IPC. Naquela época já fomos derrotados, mas, vamos lutar de novo agora para fazer a reposição integral do IPC de março, em, manter de resto a política salarial com os reajustes do IPC de mês a mês. Porque acreditar numa inflação zero e permanente neste País, é acreditar no sonho permanente. O sonho permanente é bom.

Platão nos dá lição do sonho da República ideal. O sonho sonhado todo dia e toda hora, é um estímulo para a luta guerreira do dia-a-dia e toda hora, é um estímulo para a luta guerreira do dia-a-dia das realidades fantasmas que afligem e que nos atingem na verificação das injustiças diárias.

O sonho sonhado é o estímulo para a luta, mas, o sonho sonhado não pode ser o programa da inflação zero, do país maravilhoso, da solução definitiva, dos planos mirabolantes que fazem com que a sociedade fique perplexa, imaginando que daqui há pouco, não haverá mais injustiça neste País. Não, não vamos embarcar apenas no sonho, vamos deixar o sonho como meta, como impulso, como luta, como dever. Imaginar uma sociedade cada vez mais justa e mais digna, e por isto, fazer com que o nosso entusiasmo da luta seja cada dia mais forte, e que cada dia enxerguemos melhor esta realidade sofrida neste País, mas especialmente neste Paraná.

Em janeiro propúnhamos o piso salarial de dois salários-mínimos, e, eu dizia naquela época, não é a proposta do Nereu Massignan, não é do Rafael, do Raul, não é do Nelson, não é da Assembléia. Esta proposta era do Governador Álvaro Dias. E fomos derrotados.

Vamos dar uma nova oportunidade à bancada do PMDB, de resgatar a promessa do Governador Álvaro Dias, vamos reapresentar as emendas restabelecendo os pisos e fazendo a convocação do PMDB. Conversem com o Governador Álvaro Dias, se não acreditarem nas palavras do Líder do PSDB, se não é verdade que ele tinha este compromisso. Reunam-se Bancada e Governo, cobrem este compromisso do Governador, relembrem sua memória de três anos e pouco atrás e venham para a Assembléia com esta proposta para bancarmos juntos, o resgate de uma promessa, que não é da Oposição, mas sim, é uma proposta de quem ainda hoje governa o Estado do Paraná.

E para dar encerramento as minhas ponderações de hoje, espero que na reunião dos líderes de amanhã possamos dar uma resposta às crianças que vieram aqui pedir aula, aos professores que não querem manter a greve pela greve, à sociedade que está angustiada com esta situação prolongada.

Espero que possamos dar uma resposta a uma Senhora lá de São Jorge do Oeste, que ontem dizia: "Deputado, ou vocês resolvem a greve ou eu não voto em nenhum Deputado jamais." Vejam, até que isso está gerando uma confusão na própria opinião pública. A mãe da criança pensando que o Deputado foi o gerador desta greve, quando na verdade o é daquele que deveria respeitar a greve, abrir os caminhos da negociação para a sua solução, mas já que lá não se acha solução, aqui está o depósito da esperança com essas galerias cobrando uma decisão da Assembléia Legislativa que poderá acontecer amanhã, às 10:00 horas, nessa reunião das Lideranças.

Que possamos achar uma proposta que viabilize o retorno às aulas, que satisfaça aos funcionários públicos, mas que principalmente dê tranqüilidade ao Paraná, para que não se possa imaginar de novo que os "filhos do mal" estejam aqui na Assembléia, estejam nas galerias, estejam nas salas de aula sem carteiras, estejam no salário arrochado. Não, os "filhos do mal" estão na omissão daquele que tinha o dever do diálogo, do encaminhamento da solução, e não o fez.

E a Assembléia Legislativa por dever constitucional votará, tenho certeza, com a participação dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto com o parecer favorável do Plenário. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 233/90
COMISSÃO GERAL

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n°

90/90, o presente plano de lei objetivo/ reajustar em 60,61%, a partir de 01.04.90, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como, os salários do pessoal regido pela CIT, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo.

Através da presente medida procura o Governador assegurar remuneração ao funcionalismo público em níveis justos e atualizados, dentro das possibilidades do Erário Público, já no mês de abril.

Por outro lado salientamos que a medida consubstanciada no presente projeto de lei ampara-se em estudos conjuntos realizados pelas Secretarias de Estado da Administração e da Fazenda.

Nestas condições, pela medida ser justa, meritória, legal e constitucional, é o nosso parecer FAVORÁVEL opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

DIRCEU MANFRINATO

Relator.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de requerer a Vossa Excelência, uma relação dos Deputados faltosos a esta sessão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 234/90, de autoria do Tribunal de Justiça, que reajusta em 60,61% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário, a partir de 1°.04.90.

PROJETO DE LEI N° 234/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário, serão reajustados, no percentual de 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento).

Art. 2° - Ficam reajustados no mesmo percentual:

I - os valores da Gratificação de Produtividade;

II - os valores da Gratificação de Apresentação de Gabinete;

III - os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

IV - o valor do salário família, por dependente legal.

Art. 3° - Mantida a data base de reajuste anual, aos servidores do Poder Judi-

ciário, aplicar-se-á a partir de 01 de abril de 1990, a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal.

§ 1º - O índice percentual que vier a ser estabelecido pela União, aplicar-se-á no mês de abril, cumulativamente, ao disposto nos artigos 1º e 2º da presente lei.

§ 2º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto neste Artigo.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e os efeitos financeiros serão devidos a partir de 1º de abril de 1990, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 234/90

PARECER:

De autoria do Egrégio Tribunal de Justiça, o presente plano de lei visa reajustar em 60,61% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário, a partir de 1º de abril de 1990.

Analisada a presente matéria entende esta Comissão que a mesma encontra-se em conformidade com os ditames constitucionais vigentes.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 235/90, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre o reajuste dos cargos efetivos em comissão e das funções gratificadas dos servidores do Tribunal e adota outras providências. (Publ. no DA. n° 41, de 19.04.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 235/90

PARECER:

De autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o presente plano de lei visa reajustar em 60,61% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores,

a partir de 1º de abril de 1990.

Analisada a presente matéria entende esta Comissão que a mesma encontra-se em conformidade com os ditames constitucionais vigentes.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

AMÉLIA HRUSCHKA

Relatora.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 392/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo consolidar e renegociar a dívida da Cidade Industrial de Curitiba S.A.- C.I.C., e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA. n° 119, de 14.12.89).

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 392/89

PARECER:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o presente projeto de lei, visa autorizar o Poder Executivo a assumir perante as Instituições Financeiras referidas, 80% da dívida da Cidade Industrial de Curitiba.

Na justificativa do Projeto, verifica-se que efetivamente, o Estado do Paraná, através de convênio firmado com o Município de Curitiba, o qual inclusive foi homologado por esta Casa de Leis, deveria ter repassado o equivalente a 30% do ICM gerado na CIC, para amortização da dívida, o que entretanto não foi cumprido. Assim a assunção do percentual referido no projeto, significa fazer com que o Estado assumira agora, o que efetivamente deixou de cumprir no passado.

A Constitucionalidade e a Justiça do Projeto de Lei estão presentes.

Até a promulgação da Constituição Estadual de 1989, era de competência exclusiva do Governador do Estado, a iniciativa de leis que dispusessem sobre matéria financeira (art. 25 § 2º item "a"). Todavia com o advento da Constituição Estadual de 1989, o artigo 66, quando descreve as matérias de competência e iniciativa exclusiva do Governador do Estado, foi taxativa, excluindo as que, dispusessem sobre matéria financeira, as quais nos termos do artigo 53, competem à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado (artigo 53 inciso IV).

Por outro lado, o presente projeto de lei apenas autoriza o Poder Executivo, e

está sujeito à sanção governamental, cuja qualquer inconstitucionalidade poderia ser sanada com a sanção do Governador.

Assim somos de parecer, que o presente projeto de lei, é Constitucional, podendo ser aprovado por esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ACIR MEZZADRI

Relator

Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 216/90, autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que isenta do pagamento de taxas de confecção de cédula de identidade os maiores de sessenta e cinco anos. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da Assembléia, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 105/90, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que cria o Município de Iguatu, desmembrado do Município de Corbélia.

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 105/90

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado David Cheriegate, tem por finalidade criar o Município de Iguatu desmembrado do Município de Corbélia.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 19.04.90

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

AMÉLIA HRUSCHKA

Relatora

Aprovado, artigo por artigo.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 205/89, autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que retifica a Lei n. 9.007 e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 31/90, de autoria dos Deputados ANIBAL KHURY e ACIR MEZZADRI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, nos Municípios de Palmeiras e Balsa Nova, para que a população decida sobre a

criação do Município de WITMARSUM do Purunã.

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 31/90

P A R E C E R :

O presente projeto de resolução, de autoria dos nobres Deputados Anibal Khury e Acir Mezzadri, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, nos Municípios de Palmeira e Balsa Nova para que a população decida sobre a criação do Município de Witmarsum do Purunã.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 19.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 259/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria o Município de LIDIANÓPOLIS, com território desmembrado do Município de Jardim Alegre, com sede na localidade do mesmo nome, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário Com SUB-EMENDA de 3.^a Discussão.

Sobre o referido projeto, Subemenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 259/85

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1º - Fica criado "AD-REFERENDUM" do resultado do plebiscito, o Município de Lidianópolis, com território desmembrado do Município de Jardim Alegre, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

"Começa na Barra do Ribeirão Guaretá, no Rio Ivaí, seguindo por este Ribeirão

acima até encontrar a linha geodésica do lote n° 27-A inclusive, e, lote n° 27 exclusive, subindo por esta linha acima até encontrar a linha geodésica da Fazenda Jaborandi, representada pelos lotes n°s 22 e 23-B inclusive, com a Fazenda Santa Emília representada pelos lotes n°s 19 e 21 exclusive, até encontrar a Água Guaretá, seguindo por esta Água acima até encontrar a linha geodésica da Fazenda Tucaia, representada pelo lote n° 1 inclusive, com o lote n° 1-A exclusive, seguindo por esta linha acima até encontrar a Rodovia PR-082, seguindo por esta Rodovia até o entroncamento com a BR-466, voltando por esta rumo à Sede do Distrito de Lidianópolis, até encontrar o contraforte da Água da Capelinha, descendo por esta abaixo até encontrar o Ribeirão Barra Preta, excluindo os lotes n°s 164, 163, 162, 161, 160, 159, 157 e 156; descendo por este Ribeirão abaixo até encontrar a linha geodésica do lote n° 34-A, inclusive, subindo por esta até encontrar a sua cabeceira na estrada velha que liga Jardim Alegre Porto Ubá, descendo por esta estrada até encontrar a linha geodésica da cabeceira do lote n° 37-A, inclusive, seguindo por esta linha, incluindo os lotes n°s 152, 151, 150 e 148, alcançando a estrada Ribeirão Barra Preta, excluindo a Fazenda Bugre representada pelos lotes n°s 34, 35 e 36 e Fazenda Rancho Alegre, apresentada pelo lote n° 37; descendo por esta Estrada abaixo até encontrar a linha geodésica do lote n° 109-A, inclusive descendo por esta linha abaixo até encontrar o Córrego da Figueira, descendo por este Córrego abaixo até encontrar o Rio Ivaí, descendo por este Rio abaixo até encontrar a Barra do Ribeirão Guaretá, ponto de partida."

Memorial descritivo do perímetro urbano, abaixo descrito:

"Tem início no marco O-PP, à margem da Rodovia BR-466, partindo da estaca 392 + 10 sentido Porto Ubá/Ivaiporã, daí em linha reta divisa entre os sítios n° 18 e 19 da Gleba Barra Preta com rumo 68° 15 NE, medindo 650 metros até a Barra do Córrego Guaimbé (marco n°1) por este até a sua nascente à margem da Rodovia BR-466 na altura da Estrada 525 da Rodovia. Segue por esta Estrada até o marco O=PP, na Estaca 392+10, ponto inicial, medindo pela rodovia 2.650 metros."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoiamento: João Arruda, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela, Amélia Hruschka, Caíto Quintana, Basílio Zanusso, José Rogério Carvalho, Algaci Túlio e Pedro Tonelli.

Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 25/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que cria no âmbito do Instituto de Previdência do Estado - I.P.E. o Hospital do Servidor. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 26/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que isenta do Imposto de Circulação de Mercadoria (I.C.M.S.) na aquisição de veículos para o serviço de taxis de profissionais autônomos no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento em n° de 2 (dois) de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei n° 26/90 e das Emendas enviando à Comissão de Finanças. Rejeitados.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Sr. Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere a fará a verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Solicito ao 1° Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada, 46 (quarenta e seis) Srs. Deputados, há quorum para votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Vossa Excelência tem emenda sobre este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há emenda do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Vossa Excelência obviamente votando o projeto, Vossa Excelência colocará em votação as emendas. Eu gostaria de conhecer o conteúdo das emendas. Apenas o enunciado das emendas.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu solicito a Vossa Exce-

lência que verificada a existência de número legal, que Vossa Excelência proceda à verificação de votação ao requerimento do Deputado Caíto Quintana e após a derrubada ou aprovação fazer a solicitação feita pelo Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. REJEITADO.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura das emendas.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu quero manifestar o meu voto a favor do requerimento e contra o projeto do Deputado Annibelli.

Entendo que todos esses Servidores que aqui estão, estão sonhando com um Paraná que lhes pague melhor e se nós entendermos que para que o Paraná possa pagar melhor, dar direito à vida, àqueles que trabalham e a sua sustentação é necessário que não se aprove também os projetos que concedam privilégios, isenções de impostos, diminuindo a arrecadação do Governo e que naturalmente não beneficia ninguém.

Meu pai, eu faço questão de dizer isso, é um motorista de taxi aposentado, mas eu quero dizer que o motorista de taxi, como todas as classes de trabalhadores, tem que pagar também os impostos para que o País, e Estado e os Municípios possam sobreviver.

Não entendo se nós dermos aqui isenção de impostos, como nós vamos ter impostos para pagar melhor os Professores, os Servidores do Estado do Paraná.

Faço questão de fazer esta manifestação para que o meu voto fique nesta Casa. Eu não tenho medo das acusações que possa receber nas ruas, até dos taxistas que eu respeito tanto, mas às vezes, eu respeito, mas eles não me respeitam, não respeitam a minha família, não respeitam aqueles que usam esses veículos e que são privilegiados já pelo Governo Federal, comprando, enquanto todos nós pagamos impostos pesados, absurdos, mas eles compram com privilégios, com desconto de IPI e agora, nesta concessão de favores, dando-lhe isenção de ICMS também, barateando o custo de táxi, mas isto não vem baratear a prestação de serviço para os usuários. É isto que me revolta e eu falo isto com revolta, porque um dia desses eu peguei um táxi da Rodoviária e vim à Assembléia e paguei 96 cruzados; um indigente, uma pessoa pobre autorizada por mim pegou um táxi na rodoviária e chegando aqui teve que pagar trezentos cruzados. Por quê? Porque é um cidadão comum, um cidadão que não sabe defender seu direito, foi explorado. Então, essa classe, que eu sempre respeitei e quero continuar respeitando, mas que respeite

também e pague impostos como todos nós pagamos para que esses Servidores possam ser beneficiados, possam receber melhor e amanhã sim, estarei como estou em todos os momentos, defendendo nesta Casa uma melhoria do salário desta classe sofrida dos Professores que precisa realmente de uma atenção maior do Governo. E nós temos feito isto, todos os momentos, junto com o Líder do Governo, junto com o Governo do Estado e com todos aqueles que querem bem o Paraná. Obrigado.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a leitura das Emendas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Lê Emendas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lidas as Emendas, com a palavra o Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Só para que caiba aqui um esclarecimento, nós queríamos mostrar a sagacidade que existe neste Governo de cobrar impostos. O projeto do ilustre Deputado Antônio Annibelli isenta os taxistas do pagamento do ICMS, porque pela primeira vez na história do Paraná o Governo do Estado está querendo cobrar mensalmente uma taxa de ICMS da classe dos taxistas do Paraná que já não tem condições de sobreviver sem pagamento desses impostos.

Portanto, Sr. Presidente, nós votamos contrariamente ao Requerimento do ilustre Deputado Caíto Quintana e votamos favoravelmente ao Projeto do ilustre Deputado Antônio Annibelli, porque entendemos que esse projeto é um projeto justo que vai defender uma das classes menos favorecidas do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Na vez anterior apenas apresentei um Requerimento para manter as comissões, não encaminhei, não usei de argumento. Eu faço agora para que os Srs. Parlamentares possa se deter mais aprofundadamente naquilo que esta Casa vota e para que os Funcionários Públicos que aqui estão e que se detenham também naquilo que esta Casa vota.

Como dado inicial, a arrecadação do Estado de ICMS como previsão do mês de abril é de 4 bilhões e meio; a previsão de despesas com a folha de pessoal, considerando o aumento de 60,61%, é de 5 bilhões e 100. Por conseguinte, Srs. Parla-

Curitiba, segunda, em 23.04.90

mentares, há um poder a menos de arrecadação de ICMS, principalmente nestes primeiros meses, do que a despesa com a folha de pagamento dos Servidores.

Eu não estou contestando isso, estou apenas colocando como preâmbulo para que eu quero lhes dizer. Vejam bem: nas mensagens que estão votando nesta Casa, Srs. Parlamentares, existem as seguintes emendas: exclusão da base de cálculo do ICMS aos acréscimos financeiros; redução da alíquota do ICMS de 17 para 12% nas massas alimentícias, biscoitos, balas, pães e refeições industriais, isenção de ICMS no consumo de energia elétrica inferior a 150 KW; redução da alíquota de energia elétrica de 25 para 17%; isenção total às microempresas; supressão do art. do Projeto 272; disciplina exclusão de acréscimo financeiro na base de cálculo do ICMS; isenção de ICMS para medicamentos; isenção para massas novamente em outras emendas; elevação de 17 para 25% a alíquota de ICMS sobre acessórios para veículos e automóveis; remissão para créditos tributários incidentes sobre sal mineral; remissão de crédito tributário em dado período incidente sobre energia elétrica, fornecida a entidades assistenciais; remissão de crédito tributário incidente sobre transporte intermunicipal de trabalhadores em dado período.

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Srs. Servidores aqui presentes; o que que o nosso requerimento está pedindo? Apenas que se retire da Ordem do Dia a votação para que a Comissão de Finanças da Casa possa fazer uma análise de quanto representa de sangria na arrecadação do ICMS do Estado às emendas propostas neste Plenário. Eu não chegaria ao ponto de colocar esta Casa na sua verdadeira situação neste episódio, para consultar os Srs. Parlamentares, para saber, se nós sabemos ao menos quantos consumidores estão isentos de ICMS neste instante, qual o valor que representa isso para a COPEL. Mas será possível que neste instante que dá a impressão que estamos fazendo neste Plenário uma guerra de tudo aquilo que se votar contra o Governo está se votando contra o Governador. O Paraná continua, o Paraná é permanente, e não se pode confundir um Estado com um Governo. O Paraná é nosso. Dilapidá-lo nas suas arrecadações, é fazê-lo mais fraco para poder fazer frente às suas necessidades. Eu darei um exemplo: numa citação a esta Casa que eu tenho certeza que não foi analisada e, por isso, estamos pedindo para mandar para a Comissão de Finanças, a proposta de redução de ICMS, de isenção de ICMS até 150 KW, hoje a COPEL já isenta 149 mil e 500 consumidores que consomem até 30 KW. Se nós elevamos para até 150 KW, nós estaremos isentando da contribui-

ção de ICMS oitocentos e doze mil e quinhentos contribuintes. Oitocentos e doze mil e quinhentas propriedades não pagarão mais energia. Isto representará uma queda de 79 milhões de cruzados (?) por mês na arrecadação do ICMS da Copel.

Mas será possível que este Parlamentar não entenda que, pelo menos, é necessário avaliar isto nas comissões permanentes da Casa. Se isto é constitucional ou não é. Se é possível, se não vai dilapidar a empresa. Se a Copel vai ter saúde financeira para continuar fazendo expansão de rede de energia para os necessitados, para os carentes, para a indústria, para o comércio do Paraná que precisa crescer.

Fico estarecido quando vejo todas estas emendas que aparentemente vão passar todas no plenário, com alegria, com confraternização de vitória, quando o grande perdedor está sendo o Paraná! Não é o Governador Álvaro Dias, que está saindo do Governo no início do ano que vem, mas o Paraná fica. A saúde financeira deste Estado haverá de continuar para a frente. Vamos isentar a compra de equipamento agrícola, como se este fosse o problema do agricultor, quando o problema da agricultura é revisão mais profunda na política agrícola brasileira.

Não é por aí, Srs. Parlamentares. Peço encarecidamente. Nunca tive o comportamento de votar contra por votar contra. Não estamos dizendo que vamos votar a favor, ou vamos votar contra o projeto. Estamos querendo aquilo que qualquer Parlamento vai fazer. A Câmara Federal está recompondo sua imagem perante a opinião pública; tem discutido nas reuniões de lideranças, avaliado, o que representa para o País as emendas provisórias apresentadas pelo Governo Federal. E esta Assembléia não quer analisar nada! Vamos dar isenção a torto e direito! Cada Parlamentar agora, para fazer média frente a uma classe, vai entrar aqui com um projeto de isenção de ICM. E como o Estado vai fazer para poder aumentar o salário daqueles que estão pedindo? Como o Estado vai fazer para poder continuar caminhando na sua administração?

Não é por aí, Senhores Parlamentares.

Peço encarecidamente a esta Assembléia que concorde com o nosso requerimento que não é de votar contra. Queremos tão e simplesmente discutir na Comissão de Finanças quantos serão beneficiados, se é justo o benefício, quanto vai representar de perda de arrecadação, que comprometimento pode causar no ICM geral do Estado.

Veja bem, Deputado Pedro Tonelli, tem uma emenda sua na questão dos táxis. Pelo menos corrige um pouco, exigindo que seja taxista seis meses. Porque o projeto originário não dizia isto. E todos sabemos

que quando foi instituída a isenção de IPI para aquisição de táxis, centenas, milhares de processos correram na Justiça Federal por Prefeituras que cederam alvarás para taxistas, para apenas se beneficiarem da isenção de imposto.

Temos que ter algum cuidado. Tenho dito sempre, Senhores Parlamentares, não existia isenção, não existia anistia. Alguém paga. Quando se dá isenção para uma categoria, a outra paga. Porque o serviço tem um preço. Terá que dividir por menos gente. Evidentemente nenhum serviço público será feito com prejuízo, se a COPEL não pagar os seus custos, elevará tarifas.

E quero chegar no final do pronunciamento. Deputado Tonelli, meu conterrâneo, meu amigo, a quem respeito pelas posições, hoje a COPEL está integrada num "Sistema Sul" de geração e distribuição de energia elétrica. A COPEL tanto vende energia, quanto compra energia. Há um programa de interligação. Em determinados períodos, a capacidade energética do Paraná supre São Paulo e outros Estados. Em outros períodos compramos energia elétrica de outras fontes geradoras para suprir o Paraná. Como vamos isentar a mais, se este ICM é de uma empresa interligada, a um sistema do Sul inteiro? Não temos condição de isentá-lo aos outros Estados. Estas discussões é que queremos travar nas Comissões Permanentes, para que esta Assembléia saia enaltecida, numa demonstração cabal e inequívoca de que ela está preocupada não com o Governo, mas com o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Caíto Quintana. O seu pronunciamento é um pronunciamento provocativo.

O Sr. Caíto Quintana - Não Deputado, hipótese alguma.

O SR. PEDRO TONELLI - É provocativo, Vossa Excelência me surpreende quando se declara estarrecido, diante da matéria que nós apresentamos e estamos propondo para que se coloque na apreciação desse Plenário.

Primeiramente, quero aqui defender e colocar a teoria, a tese que me fez apresentar essas três emendas a esse projeto de lei, do nobre Deputado Antônio Annibelli, que mexe, que altera a lei do ICMS.

Fiquei três anos e meio Senhor Presidente, Senhores Deputados, batalhando com

outros Parlamentares desse lado de cá, avisando, chamando a atenção, preocupando-me com o saneamento financeiro do Estado do Paraná e nós nunca fomos ouvidos Senhor Presidente, Senhores Deputados. Agora, chegou a hora de nós derrubarmos a intenção manifestada aqui pelo Líder Governista e vamos acertar esse negócio e começar tudo de novo. Essa é a tese que me fez apresentar essas três emendas. O Deputado Caíto Quintana tem a ousadia de usar o argumento que tem que mandar essa matéria para as comissões, Comissão de Finanças, Comissão não sei do que.

É só o Deputado Caíto Quintana é que não sabe que as Comissões técnicas da Casa não estão funcionando. É só o Deputado Caíto Quintana, que está achando que esse Plenário não tem a maioria suficiente para apreciar as matérias, como nós estamos apreciando há um ano e meio. Só o Deputado Caíto Quintana é que não sabe.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, as três emendas que aqui estão, são de um fundamento, de uma sustentação que merece toda a atenção desse Parlamento. O Deputado questiona, o Deputado Líder do PMDB questiona. Ora mas isso vai comprometer 70 milhões de cruzados na arrecadação do ICM da COPEL. Claro, eu até posso concordar, eu não fiz as contas e nem quero saber das contas. Agora pergunto: para esse Parlamento, e as isenções dadas aos meios de comunicação, essas não comprometem as finanças do Estado? Que negociaram o seu imposto em troca de publicidade para o Governante. Essa não compromete o Estado? As dilações de prazos que denunciei aqui para frigoríficos e grupos econômicos poderosíssimos, que não precisam de ajuda do Governo? Cansei de denunciar aqui. Essas não estão comprometendo as finanças do Estado. O mau gerenciamento dos recursos arrecadados fazendo publicidade personalista contra a Constituição com impedimento de lei. Isso não compromete.

A construção de obras demagógicas sem necessidade para a sociedade paranaense. As placas, milhares de placas construídas com dinheiro público, desnecessárias. Isso não compromete as finanças do nosso Estado Senhores Deputados.

Por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados, se não dá para aprovar essas emendas aqui porque comprometem, então esse parlamento e Sua Excelência no Palácio Iguaçu não deveriam ter aceito aquelas negociações no plenarinho às quais eu assisti; não deveriam ter aceito os tratamentos diferenciados na política de arrecadação estadual que eu conheço.

Então, companheiros e companheiras, a ordem é essa de agora em diante. Não adianta esperar. Ou colocamos todo mundo no arrocho ou então, vamos dar o perdão a

todo mundo.

Estou começando aqui pelos mais fracos, mas amanhã virão outros.

Estou propondo a isenção de ICMS para os consumidores de energia elétrica residenciais com uma conta só e que tenha um consumo inferior a 150 km/h.

É uma barbaridade. É uma vergonha o Estado do Paraná cobrar 25% de ICMS para quem tem um bico de luz, uma geladeira, e o chuveiro elétrico, enquanto que os magnatas, grande parte dos magnatas deste Estado, só porque têm acerto com o rei, ou porque são amigos do rei, aí eles não precisam pagar imposto.

Não é justo Senhor Presidente e Senhores Deputados. E é por isso que eu solicito, peço encarecidamente à Bancada Governista, porque a bancada de cá eu sei que tenho plena confiança. Peço à Bancada Governista, juízo no lugar, vamos aprovar isso e na hora que não entrar mais nenhum cruzeiro nos cofres públicos do Estado daí, certamente o Deputado Caíto Quintana virá conversar conosco e dirá, vamos estabelecer uma política financeira saudável, sustentável, ótima que venha atender as necessidades básicas do nosso Estado.

Outra emenda Senhor Presidente, Senhores Deputados, está propondo a isenção das microempresas, àquelas que estão estabelecidas na forma da lei. Os pequenos empresários que têm uma microempresa, que estão sendo rigorosamente taxados e fiscalizados e penalizados por um tributo que eles não conseguem mais pagar, enquanto que os grandes grupos econômicos estão aí sofrendo dilações, negociações, prolongamento de prazos, tratamento diferenciado. Então, eu estou propondo a isenção desses 2 setores que são essenciais, que são vitais para a sociedade paranaense e que não podem receber um tributo mais pesado do que recebem os grandes empresários deste Estado, aqueles que estão vendendo publicidade em troca do perdão dos seus impostos.

Por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Deputado Caíto Quintana que me desculpe, não importa se é da minha terra, se é meu amigo. Hoje aqui ele é Líder do Governo. De um Governo que não tem responsabilidade com os fracos, com os trabalhadores, com os Servidores Públicos; não tem responsabilidade com o saneamento financeiro sustentável em nosso Estado.

Por isso, vamos colocar essa vaca dentro de casa porque daí, todos os membros da família vão sentir um peso, um inimigo e, daí, vamos todos tirar essa vaca de dentro de casa. É necessário a aprovação dessas três emendas que são apresentadas a este projeto de lei de autoria do Deputado Antônio Annibelli.

Era isso Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados e muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Apenas para deixar a nossa posição a respeito do assunto, porque com atenção ouvimos especialmente os Deputados Costenaro e Caíto Quintana, contra a posição das bancadas de oposição, com respeito ao projeto de lei do Deputado Annibelli e as emendas propostas.

O Deputado Costenaro da Bancada do PFL, acho que foi de uma infelicidade muito grande quando procurou diminuir a figura do motorista de táxi. Uma figura respeitabilíssima, e não é ele o motorista de táxi quem vai encher os cofres do Estado pagando imposto. Imposto tem que ser cobrado de quem não paga imposto, do figurão que sonega, do grande empresário que faz o Caixa 2, e que não paga o imposto para valorizar o funcionário público municipal. Deles ninguém cobra.

O Deputado Caíto Quintana, o ilustre Líder da Bancada do PMDB, Deputado que nós prezamos muito nesta Casa, falou uma porção de coisas que poderiam ir contra o interesse do funcionalismo, no aumento do funcionalismo. Baixar o imposto de bolacha, de mais não sei o que. Mas não citou uma única vez, que o Governo dele, que o Governo do PMDB, que o Governo do Senhor Álvaro Dias precisa parar de gastar dinheiro com publicidade para poder pagar o funcionário.

Não adianta espernear, Deputado. Não falou nenhuma vez. Se tirar e tem mais: cobrança de imposto tem que ser feita de figurão. O Governador Álvaro Dias botou na cadeia uma porção de ladrão de galinha, neste Estado. Fez um estardalhaço danado. Por que é que não botou na cadeia o tal Grupo Attala, o poderosíssimo grupo Attala que sonega e rouba o Estado do Paraná, Deputado?

Então não procede, absolutamente as observações nem do Deputado Costenaro e nem do Deputado Caíto Quintana.

Vamos votar com a matéria, achamos que a matéria é justa e merece o nosso apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Chegou a um ponto em que nós Deputados somos testados na nossa responsabilidade. ICMS é um imposto que mexe com as finanças deste Estado. Nós, que votamos a Lei n° 7290, votamos o projeto e lei no ano passado sobre ICMS, no ano de 89, somos responsáveis e mostramos ali a toda a socie-

dade, o grau da importância que tem esta Casa na questão do tributo estadual, atribuição essa concedida numa luta árdua de vários mandatos de vários Deputados e do Poder Legislativo. Prerrogativa esta desta Casa, de fazer leis que regem matéria financeira. Luta de tantos palanques, de tantos discursos e que se torna realidade.

Mas, em contrapartida, é necessário, pois que nós, Deputados, tenhamos na nossa mente, como objetivo principal, a responsabilidade de criar impostos. Porque é muito fácil criar impostos para o vizinho, tirar do vizinho, isentar.

Eu sou o autor de quatro emendas que reduzem impostos e uma que aumenta impostos, para ver o grau de responsabilidade. Este é o estudo que nós fizemos das matérias apresentadas, projeto que está nesta Casa há mais de seis meses, o Projeto de Lei n° 272/90, que não é motivo desta discussão.

O motivo desta discussão, Sr. Presidente, é o Projeto n° 26/90, do nobre Deputado Antônio Annibelli, que trata da isenção do imposto de circulação de mercadorias na aquisição de veículos para servir de táxi. Quero dizer que esta Casa tem que formar as Comissões com a maior urgência possível, Comissões de Finanças e de Orçamento, para que possamos discutir com profundidade as conseqüências e os reflexos financeiros à conta do Governo, a isenção ou a criação de mais impostos. Esta é a grande responsabilidade que cai nos ombros de nossos Parlamentares.

Desta forma, Sr. Presidente, faço a informação de que me colocaria e gostaria que a nossa posição e a posição dos Deputados fosse essa, de que nós nos reunirmos para discutir todas as emendas sobre ICMS nesta Assembléia.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para discutir) - Sr. Presidente, é polêmica a discussão e a apreciação do projeto do Deputado Annibelli, que prevê a isenção de ICMS à aquisição de táxi.

Já foi dito aqui a falta de Comissão Técnica, não orienta muito bem o Plenário sobre o aspecto constitucional, fundamentalmente; acresce ao projeto três emendas apresentadas agora na primeira discussão, uma que altera profundamente o artigo 1°, que gozarão dos benefícios da lei pelo projeto, o profissional com dois anos de exercício e a emenda do Deputado Pedro Tonelli altera o prazo para seis meses apenas. Mas o Deputado Pedro Tonelli ainda em duas outras emendas, inclui a redução e isenção, que eu não quero antecipar se o meu voto é favorável ou contrário, mas sobre o consumo de energia elétrica, e ainda alcança também uma isenção, me parece que genérica, às microempresas.

Em se tratando disso, de projetos e emendas que reduzem e isentam taxas e impostos, eu considero que essas matérias devam ser encaminhadas às Comissões Técnicas competentes, segundo o dispositivo regimental da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto, ressaltadas as emendas. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão. - Aprovado.

Em votação a emenda n° 1, do Deputado Pedro Tonelli. Os Srs. Deputados que aprovam...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu consulto Vossa Excelência da possibilidade de enviar as emendas para discussão nas comissões pertinentes e que o projeto aguardasse para votação em terceira discussão e votação, após analisado o reflexo das emendas sobre o ICMS do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência terá que encaminhar um requerimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência colocaria em votação o requerimento, eu faço verbal e encaminho à Mesa já?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sr. Deputado Caíto Quintana requer o envio das emendas às Comissões competentes. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão.

13 Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. 13 Srs. Deputados aprovam. - Rejeitado o requerimento.

Em votação a emenda do Deputado Pedro Tonelli. Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. - Aprovada.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, tem três emendas do Deputado Pedro Tonelli, eu gostaria que Vossa Excelência as lesse, porque uma delas, já que foram os anéis, vamos salvar os dedos, uma que nós votaremos a favor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para beneficiar de isenção tem que haver condições de seis meses.

A segunda emenda trata de isenção do pagamento de ICMS sobre energia elétrica,

os consumidores residenciais e detentores e uma só conta.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

Deputado Pedro Tonelli, em consonância com o disposto no art. 146, § 3º, da Constituição do Estado, fica isento de pagamento de ICMS as microempresas. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão.

Para justificação de voto, Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, na verdade pode parecer estranho, sobretudo às pessoas que visitam a Assembléia, uma atitude irresponsável desta Casa concedendo isenções a torto e a direito sobre a arrecadação do ICM e ICMS.

E, nesse ponto, as preocupações do Deputado Caíto Quintana são fartamente respaldáveis. No entanto, a persistir no Estado a isenção da arrecadação para os veículos de mídia, sirva essa votação da Assembléia como uma advertência para que o veto do Governador venha dignamente respaldável para ele conferir a devida autoridade para não pretender a isenção para ninguém do que é realmente devido aos cofres do Estado que é o imposto sobre consumo de mercadorias e sobre a prestação de serviços.

É uma censura da Assembléia às liberalidades palacianas, a votação dessa tarde, e não uma cumplicidade nossa com um ou com outro segmento que queira isenção.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Apenas porque a acusação do Deputado Rafael Greca não é procedente.

O Executivo constitucionalmente, Deputado Rafael Greca, não pode dar isenção de impostos sem respaldo desta Casa. Se Vossa Excelência se referindo, por ventura, ao mesmo que o Deputado Pedro Tonelli referiu-se na tribuna, da isenção de ICMS para jornais e rádios, nessas condições eu quero dizer a Vossa Excelência que foi essa Casa, essa Assembléia que aprovou a isenção, inclusive na própria Constituição. Não foi liberalidade do Executivo.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela ordem)

O que o Deputado Rafael Greca coloca, eu cumprimento, uma posição que respalda a postura dos Partidos de Oposição, é uma censura ao Palácio, se refere a um convênio assinado em Palácio que isenta 50% de consumo de energia elétrica às emissoras de rádio do Paraná. É isto que foi feito no Palácio. Para isenção das emissoras de rádio não veio lei para a Assembléia. Então, a votação desses projetos, realmente, Deputado Rafael, é uma censura ao poder absoluto e concedente que existe no Palá-

cio Iguazu com o Governador Álvaro Dias.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Após a votação desses projetos e dessas emendas, eu queria deixar registrado o meu agradecimento e manifestar que essa data é uma data histórica para esse Parlamentar. Eu vou para Brasília. Na próxima legislatura estarei em Brasília. E eu estava magoado porque iria sair desse Parlamento sem ter uma emenda aprovada, então eu agradeço a todos os Deputados da Oposição que compreenderam, e também do Governo, porque alguns votaram favoravelmente, agradeço porque é uma data honrosa, depois de três anos e meio de tanto lutar, eu consegui aprovação de três emendas nossas.

"Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura."

(Palmas).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 214/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Tamarana, com território desmembrado do Município de Londrina, com sede na localidade do mesmo nome e limites e confrontações do Distrito Administrativo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 214/90. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 214/90.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 11/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO e OUTROS, que autoriza a realização de plebiscito no Município de Honório Serpa, criado pela Lei n° 9.184, para opinar sobre a instalação, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emenda Substitutiva Geral de Plenário de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 011/90

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito e eleição, na área que especifica, no Município de Manguaí, para que a população decida sobre a instalação do Município de Honório Serpa, criado "ad-referendum", pela Lei de n° 9184 de 11.01.90, desmembrado de Manguaí, com os limites e confrontações seguintes:

- Com o Município de Coronel Vivida: Começa no Rio Chopim na foz do Rio Gigante, sobe por este até sua nascente; deste ponto em linha seca no sentido norte até a Estrada PR-432, que dá acesso a Covó, no ponto próximo a antena repetidora de TV;

- Com o Município de Manguueirinha: Começa no ponto acima descrito na PR-432, segue por esta no sentido Manguueirinha até seu cruzamento com o Rio Covó; deste ponto segue por este até a foz do seu afluente denominado Lajeadozinho; sobe por este até sua nascente de onde em linha seca no sentido noroeste até alcançar um afluente do Rio Marrecas; deste ponto desce pelo mesmo até sua foz no Rio Marrecas no ponto de cruzamento com a PR-435; sobe pelo Rio Marrecas até sua cabeceira, de onde em linha seca no sentido sudeste, alcança a cabeceira do Lajeado do Rancho;

- Com o Município de Palmas: Começa na nascente do Lajeado do Rancho, desce por este até sua foz no Rio Chopim;

- Com o Município de Clevelândia: Começa na foz do Lajeado do Rancho no Rio Chopim desce por este até a foz do Rio Pato Branco, divisa dos Municípios de Clevelândia e Pato Branco;

- Com o Município de Pato Branco: Começa na foz do Rio Pato Branco no Rio Chopim, desce por este até a foz do Rio Gigante, ponto de partida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

Apoiamento: Renato Adur, Acir Mezzadri, Anibal Khury, Pedro Tonelli, Luiz Carlos Alborghetti e Namir Piacentini.

JUSTIFICATIVA:

A área anteriormente descrita estava em desacordo com o pensamento da população de Honório Serpa (Município a ser criado, desmembrando-se de Manguueirinha), a qual, através das suas mais expressivas lideranças, solicitou desta colenda Casa, a modificação que permitirá ao Município a ser criado, expandir-se na sua plenitude com uma área aproximada de 700 quilômetros quadrados. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em discussão o Projeto de Lei nº 21/90.

O Sr. Dirceu Manfrinato - (Pela Ordem) Sr. Presidente eu gostaria de registrar à Mesa de que o Projeto nº 21/90 de autoria do Deputado Antônio Annibelli tornando-se obrigatória a execução do Hino Nacional e do Paraná nas festividades esportivas e nos estabelecimentos de ensino, eu gostaria de comunicar à Mesa que já teve um projeto de nossa autoria aprovado possivelmente há três anos atrás, ou mais, de

que institua o Hino Nacional em toda rede das escolas estaduais.

O Sr. Haroldo Ferreira - É que não estão cumprindo, nobre Deputado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Perfeitamente. E foi na época do Governo Richa que foi sancionado. Vossa Excelência me lembrou agora. Então, eu gostaria, Senhor Presidente, que Vossa Excelência registrasse nos Anais que já existe esse Projeto de minha autoria.

Muito obrigado!

O SR. ACIR MEZZADRI - (Pela Ordem) - Nós apresentamos um requerimento à Mesa, Senhor Presidente, solicitando preferência para votação do Projeto 31/90, de autoria de Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury e Acir Mezzadri. Se possível, nós gostaríamos que fosse colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto já foi colocado em votação e já foi aprovado.

O SR. ACIR MEZZADRI - Obrigado, Senhor Presidente. Eu queria neste momento, registrar aqui a presença do Presidente da Cooperativa de Witmarsum, do Purunã e cumprimentá-lo que seu Projeto, o Projeto criando-se Município acaba de ser aprovado neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, atendendo requerimento do Deputado Dirceu Manfrinato, colocou em votação, foi aprovado, mas vai analisar se há matéria correlata.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Pela ordem, Senhor Presidente.

Gostaria de solicitar a Vossa Excelência, ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato, que ele afirmou a esta Casa que já existe um Projeto seu, de três anos atrás. Projeto, nós somos sabedores que pode estar guardado na gaveta de algum Deputado, pode ter sido transformado em lei, e, gostaria de perguntar ao nobre Deputado que foi autor do Projeto, se realmente este Projeto seu foi transformado em lei, pelo então Governador José Richa, como Vossa Excelência afirma.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O que nós temos a informar, Deputado Antônio Annibelli, que, quando houve a tramitação do nosso Projeto, nós fomos informados de que já havia um projeto ante-

rrior tornando-se obrigatório.

E a partir disso, eu insisti à Mesa e, inclusive pedindo que eu fizesse a retirada desse Projeto, e eu mantive o Projeto. Só que até hoje, eu não tive notícia como ficou o meu Projeto, e até hoje eu não vi na rede das escolas estaduais, evidentemente, o cumprimento desta lei.

Então, eu quero afirmar a Vossa Excelência que adentrei na época do ex-Governador José Richa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sem prejuízo do prosseguimento da votação, a Mesa fará a verificação necessária.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 24/90, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do Município de NOVA SANTA BÁRBARA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 25/90, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do Município de BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 26/90, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do Município de CRUZEIRO DO IGUAÇU. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 84/88, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS MULHERES DE CARREIRA JURÍDICA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 23, de 13.04.88).

PROJETO DE LEI N° 84/88

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Algaci Túlio, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação Brasileira das mulheres de Carreira Jurídica, com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

SABINO CAMPOS - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 225/89, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS SERVIDORES DA PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 78, de 31.08.89).

PROJETO DE LEI N° 225/89

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Servidores da Procuradoria Geral da Justiça, contém, como atesta a documentação anexada, justa causa para que, após a análise deste Relator, seu Parecer seja Favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

VALDERI MENDES VILELA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 233/89, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MONTE MORIA - AEMON, com sede e foro no Distrito de Mauá da Serra, Município de Marilândia do Sul. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 81, de 19.09.89).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 269/89, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA POPULAR DE RIBEIRÃO DO PINHAL, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 89, de 16.10.89).

PROJETO DE LEI N° 269/89

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do ilustre Deputado José Afonso Júnior, pretende declarar de Utilidade Pública a Associação Cultural e Esportiva Popular de Ribeirão do Pinhal, com sede e foro no município de Ribeirão do Pinhal.

Encontra-se o processado devida e legalmente instruído com as peças exigidas pela Lei n° 6994/78, que estabelece as normas de declaração de utilidade pública em âmbito estadual.

Assim, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, vem a fazê-lo pronunciando-se favoravelmente pela presente proposta, dados os motivos supra citados.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela Aprovação do Projeto de Lei n° 269/89.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
RAUL LOPES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 331/89, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a SANTA CASA DE PARANAVAÍ, com sede e foro em Paranavaí. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 103/89, de 21.11.89).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 298/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que concede a MARIA RODRIGUES DA SILVA, viúva do ex-Prefeito de Jardim Alegre, José Lopes da Silva, pensão mensal no valor de dois salários-mínimos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 120 de 15.12.89).

PROJETO DE LEI N° 398/89

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, visa conceder a Sra. Maria Rodrigues da Silva, viúva do ex-Prefeito de Jardim Alegre, José Lopes da Silva, pensão mensal no valor de 2 (dois) salários-mínimos.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, não há nenhum óbice para a normal tramitação do presente plano de lei pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
SABINO CAMPOS - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 20/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO AN-NIBELLI, que concede incentivos fiscais destinados ao reflorestamento (nativas, exóticas e frutíferas), conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 02, de 19.02.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando envio às Comissões Permanentes da Casa, do Projeto de Lei n° 20/90. - Aprovado.

Fica, portanto, retirado da Ordem do

Dia, o Projeto de Lei n° 20/90, para envio às Comissões Permanentes.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 21/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO AN-NIBELLI, que torna obrigatória a execução dos Hinos Nacional e do Paraná, nas festividades esportivas e nos estabelecimentos de ensino. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 02, de 19.02.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 29/90, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a CRECHE MUNICIPAL RECANTO FELIZ, da Cidade de Mandaguari - PR. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 02, de 19.02.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 176/90, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO SANTOS LIMA, com sede e foro nesta Capital. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 28, de 27.03.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 204/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 75/90), que cria o Quadro Próprio da Secretaria de Estado da Comunicação Social e dá outras providências. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37, de 09.04.90, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 210/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que cria "ad referendum" de plebiscito, o Município de NOVA ESPERANÇA DO SU-DOESTE, desmembrado do município de Enéas Marques e parte do Município de Salto do Lontra e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37, de 09.04.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 211/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que cria "ad referendum" de resultado de plebiscito, o município de PINHAL DO SÃO BENTO, cita limites e confrontações e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37, de 09.04.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 09/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Pato Branco, para que a população decida sobre a criação do município de BOM SUCESSO DO SUL, desmembrado do Município de Pato Branco. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 14, de 14.03.90).

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 43/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n°

65/90), que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar ao Sr. Luiz Sartório, o imóvel constituído do lote n° 14, da Gleba n° 16, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, neste Estado, com área de 477.7124 hectares. - Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 44/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 65/90), que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar ao Sr. Nelson Piovesan, o imóvel constituído do lote n° 125, da Gleba n° 15, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, neste Estado, com área de 287.1786 hectares. - Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 950, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 951, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela ordem) - Senhor Presidente:

Eu estava no meu gabinete, Senhor Presidente, e ouvi alguém falar aqui que, os professores do Paraná, com todo o respeito que eu tenho ao governo do Estado, os professores do Paraná gastam por mês, muito mais do que gastaria o Governo do Paraná.

Então, eu acho que isto é uma mentira, porque sábado no meu programa, foi mostrado duas faturas daquilo que gastam os professores do Paraná, na "Folha de Londrina" uma quantia equivalente a vinte e três mil cruzeiros e no Jornal o Estado do Paraná uma quantia equivalente a quatro mil cruzeiros.

Quer dizer, isto jamais chegaria a duzentos e poucos milhões de cruzeiros ou duzentos e poucos mil cruzeiros como se pregou nesta tarde, neste Parlamento.

É uma mentira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Requerimento de n° 898, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Em discussão.

UM SENHOR DEPUTADO (Pela ordem) - Para discutir, Senhor Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 960, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 953, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 952, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 954, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 906, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 973, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 972, de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 970, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 969, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 947, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 945, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 936, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 896, de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 931, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 929, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se

a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 907, de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 974, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 897, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 917, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 938, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 956, 957, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 967, 966, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 946, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 887, 888, 889, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885 e 886, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 944, 959, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 904, 905, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 916, 915, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 942, 943, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 971, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 919, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do

expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 955, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 958, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, com apoio da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 981, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente.- Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 948, de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 890, de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 824, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 949, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 830, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 26,105 e 216/90.

e dos Projetos de Resolução n°s 11, 24, 25, 26 e 31/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 84/88; 186, 225, 233, 269, 331, 392 e 398/89; 21, 29, 176, 204, 210, 211, 232, 233, 234 e 235/90

e dos Projetos de Resolução n°s 09 e 34/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 228/89 e 173/90.

e do Projeto de Resolução n° 29/90.

Levanta-se a sessão